

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

MARCÍLIA MARIA ALVES CHAVES

**EJA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO E
PERMANÊNCIA DOS EDUCANDOS NO CONTEXTO ESCOLAR**

**SÃO MATEUS-ES
2018**

MARCÍLIA MARIA ALVES CHAVES

EJA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO E
PERMANÊNCIA DOS EDUCANDOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências, Tecnologia e Educação.

Linha de Pesquisa: Educação

Orientadora: Prof. Ma. Doutoranda Luana Frigulha Guisso.

SÃO MATEUS-ES
2018

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

C512e

Chaves, Marcília Maria Alves.

EJA: práticas pedagógicas, possibilidades de inclusão e permanência dos educandos no contexto escolar / Marcília Maria Alves Chaves – São Mateus - ES, 2018.

119 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2018.

Orientação: prof^a. Ma. Luana Frigulha Guisso.

1. Educação de Jovens e adultos (EJA). 2. Práticas pedagógicas. 3. Gestão democrática. 4. Rede escolar municipal - São Mateus - ES. I. Guisso, Luana Frigulha. II. Título.

CDD: 374

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

MARCILIA MARIA ALVES CHAVES

**EJA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, POSSIBILIDADES DE
INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS EDUCANDOS NO
CONTEXTO ESCOLAR**

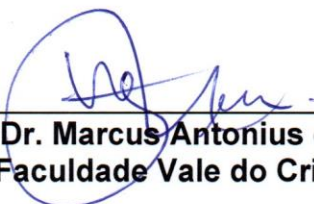
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 31 de agosto de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA



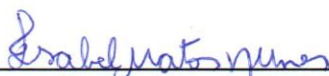
Profa. Me. Luana Frigulha Guisso
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Isabel Matos Nunes
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

AGRADECIMENTOS

Ao meu bondoso Deus, pelo dom da vida e por me direcionar em todos os momentos.

À Mainha e Papai, irmãos vivos e entes queridos, amados de minha vida! Sempre acreditaram em meu potencial, me ensinado o caminho justo, a serenidade e humildade.

Ao meu esposo João Batista Rodrigues Chaves, filhos, Marília Alves Chaves Silveira e Marcos José Alves Chaves, netos, Marjoly Alves Chaves Silveira e João Marcos Alves Chaves Silveira, genro Josemar Pereira Silveira, nora Roberta Brahim, meus agradecimentos pelo apoio e paciência, principalmente nas horas de recolhimento para os estudos.

Meu Deus! Quantos momentos tive de abdicar da presença dos meus queridos familiares para dedicação total da pesquisa. Mas valeu! Adquiri conhecimentos valiosos.

Espero família, que tenham entendido a minha ausência, afinal, esse projeto foi pensado em família, e quando pensamos e decidimos juntos, tanto os nossos sonhos e desejos, quanto os desafios, são amenizados com o fortalecimento e auxílio de todos.

Aos educandos da EJA, amigos e companheiros de trabalho, minha gratidão. Como foram parceiros!

Aos professores, coordenadores do mestrado e minha orientadora, Professora Ma.Luana Frigulha Guisso, que imensamente contribuíram para meu crescimento científico e intelectual, obrigada pelo incentivo sempre.

Povo de Deus, sou Mestre em Educação, que conquista!

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho especialmente aos meus pais, José Rocha dos Reis e Onófria Alves dos Reis, meus irmãos amados, sobrinhos, cunhados, afilhados, pessoas incríveis, extraordinários, sábias, que me ensinam a essência da vida.

São eles, meus grandes exemplos, me mostram o valor do trabalho, a importância da humildade, da justiça, do acreditar que por meio da educação se concretizam os sonhos.

Dedico também ao meu esposo João, filhos, Marília e Marcos José, genro, Josemar, nora, Roberta, netinhos, Marjoly e João Marcos, cunhados, sobrinhos, sogro (in-memoriam) e sogra Diolina, que incansavelmente estiveram ao meu lado e acreditaram no meu potencial.

A todos os companheiros de trabalho, educandos, educadores, colaboradores, pedagogos, gestores, que acreditam na Educação de Jovens e Adultos, meu profundo e sincero agradecimento.

Este projeto faz parte da minha vida. Obrigada por acreditarem e me apoiarem.

EPÍGRAFE

“Sem a curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo, nem ensino”. (FREIRE, Paulo, 1996, p 85).

RESUMO

CHAVES. Marcília Maria Alves. **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**. 2018. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências, Tecnologia e Educação) - Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, ES, 2018.

Com o objetivo de investigar práticas pedagógicas nas escolas que atendem a Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Rede Municipal de São Mateus, ES e com o intuito que possa contribuir para uma pedagogia de inclusão e permanência dos educandos no contexto escolar, esta pesquisa se debruça sobre as questões relevantes dessa modalidade de ensino, das escolas que atendem a EJA, no município citado, sendo realizada no segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018. Mediante a necessidade de inclusão e permanência na escola, é que levanta-se o seguinte problema de pesquisa: como as práticas pedagógicas podem contribuir para uma pedagogia de inclusão e permanência dos educandos jovens e adultos no contexto escolar? Dentre a diversidade de características que compõem a modalidade EJA, percebe-se a necessidade de investigar práticas pedagógicas reflexivas, em prol dos sujeitos que têm direito ao acesso à educação de qualidade, esses, muitas vezes, deixados à margem do conhecimento. A partir deste entendimento, define-se o objetivo geral que é investigar práticas pedagógicas nas escolas que atendem a EJA, na Rede Municipal de São Mateus – ES. Este estudo objetiva contribuir para uma pedagogia de inclusão e permanência dos educandos no contexto escolar, além de ter como objetivos específicos, os conhecimentos do processo histórico e diretrizes legais, também as práticas pedagógicas e as possibilidades de inclusão e permanência dos educandos na Modalidade EJA e o seu compartilhamento no contexto escolar. Na proposta de formação continuada aos professores da Modalidade EJA, da rede municipal, tem como finalidade auxiliá-los, nas reflexões de suas práticas pedagógicas, tornando-se um espaço dialógico de coleta de dados. A escolha pelo tema, justifica-se pela convivência da autora no cotidiano escolar supracitado, que depara-se com os desafios e as possibilidades de um ensino que podem ir além da formação fragmentada, que possa formar profissionais não apenas para atender ao mercado de trabalho. Por fim, esta dissertação, propõe reflexões para que a EJA conquiste espaços que efetivem ainda mais esta modalidade educativa, em prol dos educandos, professores e educadores.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Práticas Pedagógicas. Gestão Democrática.

ABSTRACT

CHAVES. Marcília Maria Alves. EJA: Pedagogical Practices, Possibilities of Inclusion and Permanence of the Educandos in the School Context. 2018. 100 f. Dissertation (Professional Master in Science, Technology and Education) - Vale do Cricaré College, São Mateus, ES, 2018.

With the objective of investigating pedagogical practices in schools that attend to the Education of Young and Adults (EJA), in the Municipal Network of São Mateus, ES and with the intention of contributing to a pedagogy of inclusion and permanence of students in the school context, this research focuses on the relevant issues of this modality of education, of the schools that attend the EJA in the municipality mentioned, being held in the second half of 2017 and the first half of 2018. Through the need for inclusion and permanence in school, the following research problem emerges: how can pedagogical practices contribute to a pedagogy of inclusion and permanence of young and adult learners in the school context? Among the diversity of characteristics that make up the EJA modality, one perceives the need to investigate reflexive pedagogical practices, in favor of the subjects that have the right to access to quality education, which are often left to the margin of knowledge. From this understanding, the general objective is to investigate pedagogical practices in schools that attend the EJA, in the Municipal Network of São Mateus - ES. This study aims to contribute to a pedagogy of inclusion and permanence of the students in the school context, besides having specific objectives, knowledge of the historical process and legal guidelines, also the pedagogical practices and the possibilities of inclusion and permanence of the students in the EJA Mode and their sharing in the school context. In the proposal of continuous training to teachers of the EJA Modality, the municipal network, has the purpose of assisting them, in the reflections of their pedagogical practices, becoming a dialogical space of data collection. The choice for the theme is justified by the author's coexistence in the school daily life mentioned above, which faces the challenges and possibilities of a teaching that can go beyond the fragmented formation that can train professionals not only to attend the labor market. Finally, this dissertation proposes reflections so that the EJA conquer spaces that make this educational modality even more effective, for the benefit of the students, teachers and educators.

Keywords: Youth and Adult Education. Pedagogical practices. Democratic management.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Juveniização na EJA	69
Fotografia 2 - Educandos adolescentes e jovens frequentam a EJA.....	71
Fotografia 3 - Conteúdos com significados, práticas próximas à realidade do educando.....	74
Fotografias 4/5 - Respeito ao aprender a aprender de cada educando.....	77
Fotografia 6 - Palestra aos educandos da EJA com a temática Trabalho.....	78
Fotografia 7 - Equipe da escola faz homenagem às mães educandas da EJA.....	80
Fotografias 8/9/10 - Produção do pão na aula de Ciências.....	82
Fotografia 11 - Palestra de Motivação na Faculdade Vale do Cricaré.....	84
Fotografia 12 - Palestra educacional na Faculdade Vale do Cricaré.....	85
Fotografia 13 - Seminário Internacional de Filosofia em São Mateus Es.....	85
Fotografia 14 - Momento de diálogo com conselheiros - Resolução da EJA.....	87
Fotografia 15 - Socialização e plenária com a comunidade escolar - Resolução da EJA.....	87
Fotografia 16 - Socialização e plenária com a comunidade escolar - Resolução da EJA.....	88
Fotografia 17 - Planejamento realizado pelos coordenadores da EJA c/ pedagogos na SME.....	89
Fotografia 18- Estudos realizados pelos coordenadores de Área e da EJA com Pedagogos na SME.....	90
Fotografia 19 - Revisão e adequação da Proposta Curricular EJA: coord. Área de história, EJA, Pedagogos e Professores.....	92
Fotografia 20 - Revisão e adequação da Proposta Curricular EJA: coord. Ed. Física, EJA, Pedagogos e Professores.	92

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2000.....	33
Tabela 2 – Educandos EJA com 15 a 29 anos no Segundo Segmento 2017/2.....	68
Tabela 3 – Educandos EJA com 15 a 29 anos no Segundo Segmento 2018/1.....	70
Tabela 4 – Práticas pedagógicas realizadas.....	72
Tabela 5 – Recursos utilizados.....	73
Tabela 6 – Fatores que dificultam a aprendizagem.....	73
Tabela 7 – Motivo das faltas.....	76
Tabela 8 – Motivo da matrícula.....	76
Tabela 9 – Trabalhar com a EJA.....	90
Tabela 10 – Formação específica.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Matrícula Inicial 2º Segmento 2º Semestre do ano 2017/2.....	66
Gráfico 2: Matrícula Inicial 2º Segmento 2º Semestre do ano 2018/1.....	67

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CEB	Conselho de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
IBGE	Instituto de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
EJA	Educação de Jovens e Adultos
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO	24
2.1 EJA NO BRASIL	24
2.2 DIRETRIZES CURRICULARES E MARCOS LEGAIS DA EJA	34
2.3 EJA: REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS PRÁTICOS PEDAGÓGICOS	39
2.4 A JUVENILIZAÇÃO E EVASÃO NA EJA: DIREITOS E NECESSIDADES	46
2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA: POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS SUJEITOS QUE COMPARTILHAM O ESPAÇO ESCOLAR.	50
2.6 FORMAÇÃO CONTINUADA ESPECÍFICA PARA OS PROFESSORES DA EJA	52
3 PERCURSO METODOLÓGICO	57
3.1 CARACTERIZAÇÃO E MÉTODOS	57
3.2 POPULAÇÃO DE ESTUDO	59
3.3 TRATAMENTO DOS DADOS	59
4. ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA	61
4.1 RESULTADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	61
4.2 RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA – ETNOGRÁFICA	65
4.2.1 Visibilidade aos Sujeitos da EJA	68
4.2.2 Discentes: o que pensam os sujeitos de direitos	71
4.2.3 Docentes: revelações sobre a práxis	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96
ANEXOS.....	101
APÊNDICE A - ENTREVISTAS COM OS PROFISSIONAIS.....	118
APÊNDICE B - ENTREVISTA COM OS DICENTES.....	119

APRESENTAÇÃO

A proposta dessa pesquisa é abordar a Educação de Jovens e Adultos – EJA - que no Brasil está fundamentada, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96 - onde se estabeleceu no capítulo II, seção V, a Educação de Jovens e Adultos; delimitando em seu artigo 37 que essa modalidade educacional será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudo no ensino fundamental e médio na idade própria, como meio de oportunizar a inclusão dos discentes e sua permanência no contexto escolar.

A pesquisa possui primordial relevância na minha trajetória de estudos. O tema e a certeza de que o caminho a percorrer seria os bancos escolares, permeava todos os momentos de minha vida escolar, mas desde a infância, os espaços que faziam parte do meu cotidiano, eram pensados em um contexto do ensinar e aprender. O quadro improvisado, servia de estimulador e sistematização de ideias, a voz ainda em formação, mas firme, perguntava: entenderam ou ainda há dúvida? Estava ali, uma sala de aula, e no imaginário, a explicação de um conteúdo qualquer, afirmava que seria necessária a busca constante do saber.

Ao brincar de ensinar, me pegava a pensar, que metodologia usar? Não tinha resposta, mas me inquietava o - como ensinar - como motivar os sujeitos de direitos a aprenderem e não desistirem deste querer e fazê-los dar continuidade aos estudos. Instigava-me acerca do porquê da alta taxa de evasão escolar, quais motivos os levavam ao retornar e o que fazer para incentivá-los?

Como relatei, não encontrava respostas, mas também não desisti de buscar os porquês. As perguntas serviram-me como motivação ao longo dos anos para ir além. Percebo que estudar, pesquisar, me permite construir novos conhecimentos em prol de uma educação significativa e de qualidade.

A década de 90, do século XX, trouxe grandes realizações na minha formação, momento de optar no Ensino Médio, outrora Segundo Grau, por uma carreira profissional. Cursar o magistério foi uma escolha assertiva, tive acesso a conceitos que permitiram um crescimento único. O mundo do fazer pedagógico me encantava e parecia que as respostas das tão difíceis perguntas, ficavam mais claras e ao debruçar nas vastas leituras dos autores e doutores da educação,

percebia um cunho de sabedoria e certezas das metodologias sugeridas para a continuidade dos estudos, do ensinar e aprender.

O magistério trouxe práticas que ainda aplico, claro, estou remetendo-me às práticas antigas, que trazem virtudes, podem ser usadas e são construtivas, não práticas arcaicas, distantes da realidade discente, que não são estimuladoras e investigativas. A prática e teoria no antigo magistério, hoje Licenciatura em Pedagogia, me permitiu conhecimentos ricos sobre a construção da aprendizagem.

Optei por constituir uma família e logo os filhos vieram, meu bem mais precioso. Nesse período, comecei a lecionar e bem mais tarde ingressei-me na Faculdade e ao cursar a Supervisão Escolar, tive embasamento sobre as práticas pedagógicas no âmbito escolar, o processo de construção do conhecimento do indivíduo em seu contexto social e cultural. Todos os conteúdos eram relevantes, mas o contexto histórico da educação no Brasil, os avanços do acesso à escolarização, mesmo que ainda longe de atingirem um ideal de educação, os marcos legais e as diretrizes que perpassavam a educação brasileira, em especial a Educação de Jovens e Adultos-EJA, me interessavam. De certa forma, a curiosidade de entender essa modalidade de ensino, permitiu que ao ingressar na faculdade, o estágio ocorresse em turmas da EJA, assim acreditava que poderia também entender os desafios que os jovens e adultos enfrentavam para ter acesso à educação.

Após alguns anos de estudo, prestei concurso público e me efetivei como Pedagoga. A escolha mais uma vez foi assertiva, pois sabia que poderia colaborar com a educação, hoje atuo como Pedagoga da EJA.

As inquietações acerca da Educação de Jovens e Adultos parecem que me instigam mais, pois vão além da prática. E, para maior investigação, é necessário todo um aprofundamento de aportes históricos e legais. Percebi que empenhando-me em leituras, seria possível fazer analogias com a vivência na EJA, para repensar a práxis e colaborar ainda mais com os professores e educandos.

Ao pensar nessa modalidade de ensino, sempre tive a certeza, que cursando o Mestrado, poderia ter acesso a conhecimentos novos, práticas diversificadas e embasamento teórico que poderiam gerar mudanças e auxiliar os atores envolvidos na EJA a obterem sucesso no processo de ensinar e aprender.

Na certeza que fiz a escolha certa, estou inserida nesse universo, sou aluna do Mestrado. A busca de conhecimentos, possibilitou-me ter um entendimento

amplo de assuntos pertinentes à educação e sobre a Modalidade de Ensino da EJA, tema do objeto de pesquisa. Com este embasamento, poderei colaborar para que os educandos sejam vistos como sujeitos de direitos e à frente da escola como pedagoga, terei maior possibilidades de auxiliar o corpo docente.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa considera-se a Modalidade da Educação de Jovens e Adultos- EJA- como direito e na Constituição Federal de 1988 preceitua, no Art. 208, que a Educação é um direito de todos e dever do Estado, que a educação básica será assegurada, inclusive aos que a ela não tiveram acesso na idade própria. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – LDB - ao instituir a EJA como modalidade da educação básica, terá a sua oferta garantida pelos Estados e municípios; e o disposto na Resolução CNE\ CEB Nº 1\2000, anuncia as especificidades do atendimento educacional a jovens e adultos.

É fator importante os saberes acumulados que os educandos dessa modalidade trazem para o espaço escolar. Ensinar para os jovens e adultos como se todos aprendessem de forma igual, ao mesmo tempo e possuíssem as mesmas especificidades, são práticas que distanciam os educandos do contexto escolar.

Construir um contexto educativo dialógico, pautado em práticas pedagógicas, significativas, libertadoras, que envolvam o educando na construção política dos saberes, oportunizando-o a sentir-se incluído e permanecer no contexto escolar, certamente, propiciará, aos jovens e adultos, formação integral. Diante desse pensamento, Santos destaca:

Alguns dos problemas que enfrentamos nas escolas decorrem exatamente da organização curricular que separa a pessoa que vive e aprende no mundo, daquela que deve aprender e apreender aos conteúdos escolares. No caso da EJA, este problema é particularmente agravado pelo fato de que a idade e vivência social e cultural dos educandos exigem um diálogo entre diferentes conhecimentos e valorização daqueles conhecimentos tecidos nos espaços escolares (SANTOS 2010, p.210).

O professor que trabalha diretamente com esses sujeitos de direitos, jovens e adultos, vem sendo alvo de debate acerca das reformas educacionais nas últimas décadas, dada a sua relevância no processo educativo. Um novo paradigma de formação pautada no professor reflexivo e pesquisador de sua prática, pensando em uma dimensão humana à prática educativa e que estabeleça uma relação onde se permite ouvir e dar voz ao professor, faz-se necessário também, um repensar, sobre o contexto de formação destes profissionais, pois são eles responsáveis pela formação dos cidadãos dessa nova sociedade.

Com intuito de procurar conhecer e refletir sobre a realidade da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal São Mateus ES, esta pesquisa se debruça sobre as questões supracitadas e como lócus, nas escolas que atendem a modalidade EJA na Rede Municipal de São Mateus, estado do Espírito Santo com pesquisa feita no ano 2017 (segundo semestre) e 2018, (primeiro semestre).

Mediante o enfoque das experiências no ensino e aprendizagem de jovens e adultos, bem como na necessidade de inclusão e sua permanência na escola, é que levanta-se o seguinte problema de pesquisa: como as práticas pedagógicas podem contribuir para uma pedagogia de inclusão e permanência dos educandos da Educação de Jovens e Adultos no contexto escolar?

Dentre a diversidade de características que compõem a modalidade EJA, percebe-se a necessidade de investigar práticas pedagógicas reflexivas, em prol desses sujeitos de direitos, jovens e adultos, ao acesso à educação de qualidade, que são, muitas vezes, deixados à margem do conhecimento.

A reflexão sobre a prática auxilia no entendimento de que não basta ter domínio dos conteúdos das disciplinas que serão ministradas; é preciso ter conhecimento de outros saberes que ajudam o profissional na resolução de problemas e conflitos inesperados. (JARDILINO, José Rubens Lima; ARAÚJO, Regina Magna Bonifácio de. Educação de Jovens e Adultos: sujeito, saberes e práticas. (JARDILINO, 2014, p.148).

A partir deste entendimento, define-se o Objetivo Geral da pesquisa: investigar práticas pedagógicas nas escolas que atendem a EJA na Rede Municipal de São Mateus ES, que possam contribuir para uma pedagogia de inclusão e permanência dos educandos da Educação de Jovens e Adultos.

Como define Paula e Oliveira (2011) a década de 1980 se caracterizou como um período que a educação recebeu crescente atenção por parte dos mais diferentes segmentos da sociedade, com a permanente reafirmação da educação como direito humano, sensibilizando qualitativamente o cenário educacional. No Brasil, esse processo coincidiu com a redemocratização do país e com a demanda pela mudança na cultura da gestão dos saberes no âmbito da escola: gestão das relações, do currículo, e gestão dos espaços voltados às aprendizagens.

Dada a reflexão de que o contexto histórico da EJA é um espaço marcado por trajetórias de lutas, define-se o 1º Objetivo Específico da pesquisa: Possibilitar aos profissionais da EJA (professores e equipe gestora) conhecimentos sobre o processo histórico e diretrizes legais da EJA.

Os educandos da EJA na atualidade são bem diversificados, principalmente por faixa etária, e diante do fenômeno de juvenilização que perpassa esse universo, hoje, essa modalidade possui outro perfil, e entender que este jovem tem direito à educação perpassa o 2º Objetivo Específico: Descrever práticas pedagógicas utilizadas na EJA que contemplem possibilidades de inclusão e permanência dos educandos no contexto escolar.

Entende-se que o empoderamento de um cidadão passa pelos conhecimentos - saberes necessários ao humano - e que o direito a estes conhecimentos foram negados aos jovens e adultos ao longo da vida, marcados por uma sociedade excludente e desigual. Permitir o resgate ao direito a aprender, é entender a necessidade da escola de hoje, reconhecer as diferenças dos sujeitos, e priorizar a inclusão social.

O envolvimento e a preparação da escola, bem como o olhar acerca das relações entre educandos e educandos, e professor e os educandos, são questões extremamente relevantes para o sucesso do processo ensino aprendizagem do jovem e do adulto. A relação de confiança, respeito às experiências escolares, ao desejo pelo direito à educação, à compreensão do sujeito trabalhador e singular, com ênfase à gestão democrática, participativa, cidadã, igualitária e estreitamento das relações, destacam o 3º Objetivo Específico em identificar a importância da gestão democrática como norteadora da relação entre os sujeitos que compartilham o espaço escolar.

Considerando o exposto, o 4º Objetivo Específico será fornecer em parceria com a secretaria Municipal de Educação do Município de São Mateus ES, proposta de formação continuada aos professores da Modalidade EJA da rede municipal com a finalidade de auxiliá-los, nas reflexões de suas práticas pedagógicas, tornando-se também um espaço dialógico de coleta de dados.

Tal formação acontecerá, pois entende-se a importância da oferta pelas Universidades de cursos de graduação, pós-graduação e extensão, objetivando a preparação na formação inicial e continuada dos docentes na superação de desafios.

A preocupação com a Educação de Jovens e Adultos como direito e não como prática compensatória, perpassa a modalidade no que se referem às orientações curriculares que levam em conta as especificidades dos educandos. Logo, o processo ensino aprendizagem deve pautar-se na valorização do potencial e

vivência destes sujeitos. O papel do professor pesquisador da sua práxis é de extrema relevância neste processo de mediar conhecimentos.

Atualmente, existem diferentes causas que levam os alunos a ingressarem na Educação de Jovens e adultos, uma delas é a presença dos alunos mais jovens em função das exigências da entrada prematura dos jovens no mercado de trabalho, explicando assim, o remanejamento de alunos da escola regular diurna para o programa de educação direcionado a jovens e adultos, também possibilita entender as causas dos índices de defasagem idade série, outra situação, é que grande parte dos alunos é fruto das migrações ocorridas em função da instalação dos empreendimentos industriais no município, gerando a expectativa de oportunidades de trabalho e melhoria de vida.

Essa população retorna à escola, por exigência das empresas, ou para se inserir no mercado de trabalho ou por exigências da justiça. É uma terceira forma de constituição de turma de EJA, advém daqueles adultos que não tiveram condição em determinado momento da vida de prosseguir os estudos, e, após a aposentadoria ou mesmo sem ela, mas em idade avançada, matriculam-se na modalidade.

Nesse sentido, considerando que a EJA é integrada por diferentes sujeitos de direitos, “Considerando como sujeitos alunos, professores e educadores que atuam nessa modalidade de ensino” (José Rubens Lima Jardimino e Regina Magna Bonifácio de Araújo, 2014, p.106) e que necessitam de uma prática significativa e contextualizada, para possibilitar a inserção desses à sociedade, e não a metodologia maçante de conteúdos programáticos que contribui, negativamente, para que os alunos abandonem os estudos. A escolha pelo tema se justifica pelo contato, na EJA, pela autora dessa pesquisa, atuante como Pedagoga em escolas do município de São Mateus-ES, hoje, evoluindo na obtenção do cargo técnico na coordenação de todas as escolas que ofertam a Modalidade. Percebe-se que é hora de dizer: chegar até aqui, de fato, foi uma conquista ímpar. O prazer de descrever a trajetória da formação acadêmica inspira e faz acreditar que vale a pena sonhar. O conhecimento é um valor grandioso, sensação de vitória e responsabilidade também, pois quanto maior entendimento, maior o compromisso em disseminar com veracidade o saber adquirido. Saber este que não é o fim, mas o início do constante aperfeiçoamento, das buscas com seriedade de respostas, das possibilidades de intervenções a serem propostas, enfim, de se permitir a aquisição

de novos conhecimentos de forma contínua, e por entender que o trabalho pautado em atividades que sejam prazerosas e úteis às vivências dos alunos, poderá contribuir para sua permanência na escola.

Dessa forma, a equipe gestora (diretor, pedagogo, coordenador) pode ser a mediadora nesse sentido, acompanhando e subsidiando o trabalho docente, bem como também auxiliando os educandos.

No primeiro capítulo da pesquisa, são apresentados na Introdução, objetivos, justificativa, delimitação do tema, o percurso metodológico e um relato da autora de inserção no contexto educacional e, sobretudo na Educação de Jovens e Adultos, bem como a escolha pela modalidade.

O segundo capítulo desta pesquisa, aborda um breve contexto histórico e os marcos legais acerca dos principais aspectos constituintes da EJA no Brasil, chamando atenção à reflexão das conquistas visíveis e desafios desta modalidade educativa que destina-se aos jovens e adultos.

Os aspectos pedagógicos da EJA e seus sujeitos de direitos, docentes, professores e educadores, são abordados também no segundo capítulo sob a perspectiva de evidenciar o processo ensino aprendizagem pautado na prática dialógica na premissa da inclusão social dos educandos.

A visibilidade e processo de escuta aos atores da EJA serão abordados no terceiro capítulo, pontuando as práticas que sob ótica de seus sujeitos, sejam exitosas e consolidam a pedagogia da inclusão e permanência dos educandos nessa modalidade de ensino, numa sustentação metodológica de (THIOLLENT, 1947) que defende uma pesquisa que promova a interação entre o pesquisador e os atores, garante qualidade de dados e oportuniza vez e voz a todos os atores da pesquisa e também por Lakatos (2007), que embasa a aplicabilidade dos questionários .

Por fim, estendem-se as Considerações Finais, a reflexão de que a EJA necessita conquistar espaços que efetivem ainda mais esta modalidade educativa em prol dos educandos, professores e educadores (sujeitos de direitos), e que as possibilidades de avanços, estão nas práticas pedagógicas dialógicas, inclusivas e nesse contexto, faz-se menção nos capítulos anteriores, onde estão as contribuições de aprendizagens significativas, pautadas na ruptura da educação bancária e na certeza da educação dialógica e libertadora, sobretudo pensada nos

saberes diversos existentes de sujeitos singulares, defendidas pelo saudoso educador da EJA, Paulo Freire (1997).

A presente pesquisa se baseará no referencial de autores como Miguel Arroyo (2008), Celso de Rui Beisiegel, Vanilda Pereira Paiva (1987), Osmar Fávero (1983), Paulo Freire (1996), Philippe Perrenoud (1999), José Rubens Lima Jardineiro, Regina Magna Bonifácio de Araújo (2014), Cláudia Regina de Paula, Marcia Cristina de Oliveira (2011), Moacir Gadotti (1995), Marisa Narcizo Sampaio, Rosilene Souza Almeida(2009) Aranha (2006) , que definem a EJA como modalidade singular ao atendimento de uma clientela diferenciada, que mesmo precisando de instrumentos e conhecimentos para a ação profissional extraescolar, necessita ainda mais de inclusão, de recursos cognitivos para a própria vida. Ou seja, mais do que formar profissionais, essa modalidade deve contribuir com a formação cidadã de seus sujeitos: os educandos.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

A Educação de jovens e adultos possui uma trajetória marcada pelo domínio e pela exclusão, estabelecidos historicamente entre a elite e as classes populares deste país, traz um recorte do contexto histórico, permite situar a Educação de adultos no período Colonial do Brasil, os movimentos e projetos educacionais que surgiram no período Republicano, marco dos acontecimentos e desafios que evidenciam a Educação de Jovens e Adultos com necessidades, especificidades e identidade até a atualidade.

2.1 EJA NO BRASIL

A educação dialógica¹ tem o professor como mediador do conhecimento, o educando elabora seu pensamento crítico e reflexivo, o professor pesquisador e reflexivo de sua prática, propicia ao educando conhecimentos pautados na dialogia problematizadora e significativa.

Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender. (Freire, 2001, p.23).

Especificar a história da EJA significa dar visibilidade a uma modalidade de ensino que ao longo do tempo obteve avanços e conquistas, muitos destes por meio de lutas educacionais que hoje são especificadas e consolidadas, mas ainda há muito que avançar.

Para Aranha (2006), no período Pré Colonial (1500-1530), os primeiros vestígios da educação de adultos no Brasil são da educação difusa², ou educação dos indígenas³, num processo educacional cotidiano, ou seja, para a vida, aprendia-se com os afazeres das pessoas com mais idade.

¹ “O educador já não seria aquele que somente educa, “mas aquele que enquanto educa é educado através do diálogo com o educando, que, ao ser educado, também educa”. (FREIRE 1987,P.272)

² Nas comunidades indígenas do Período Pré Colonial no Brasil, as crianças aprendiam imitando os gestos dos adultos, ou seja, o saber acontecia de forma integral. (ARANAHA 2006).

³ Para (Paiva 1987, p. 165) “através do ensino das crianças os jesuítas buscavam também atingir seus pais; era tentada a catequese direta dos indígenas adultos e nesses casos a alfabetização e transmissão do idioma português servia como instrumento de cristianização e aculturação dos nativos”.

Ainda sob ótica de Aranha (2006), os elementos educacionais perceptíveis após a chegada dos padres jesuítas, em 1549, embora priorizassem uma prática educativa junto às crianças, submeteram os indígenas adultos a uma acentuada ação educacional, cujo objetivo era a catequização e a formação da fé.

Nesse contexto, ocorreu uma mudança significativa no processo educacional brasileira, surge uma educação destinada aos adultos, que configurava-se pelos interesses advindos da colonização. Romão e Gadotti (2007, p.63) citam Azevedo:

Somente após quase meio século da “descoberta do Brasil” é que se iniciou a atividade educativa no país, com a chegada dos Jesuítas em 1549, voltada, fundamentalmente, para a aculturação da população ameríndia, por intermédio do *Ratio Studiorum* que se baseava nos estudos clássicos. “Ao ministrarem aos índios, já adultos, as primeiras noções da religião católica, bem como da cultura ocidental”, como afirmava (AZEVEDO.1971, p.515).

Os jesuítas acreditavam que a evangelização dos indígenas se consolidaria mais rápida se soubessem ler e escrever, assim abandonaria de vez os “maus costumes” que sempre os levavam a retornar para as aldeias. A educação ocorria objetivando propagar a fé cristã, não havia compromisso do conhecimento sistematizado, muito menos iniciativas governamentais para efetivação significativa da educação. Os colégios de formação religiosa abrigavam os filhos das elites e também eram frequentados pelos que não queriam se tornar padres, mas que não tinham outra opção, a não ser seguir as orientações jesuíticas.

Esse modelo educacional dos adultos durou até a expulsão dos jesuítas em 1759 e posteriormente com as reformas feitas pelo Marquês de Pombal, dentre elas o ensino público oficial, as aulas régias, o subsídio literário, que não atingiram de modo significativo as necessidades educacionais da colônia. Nesse período que se segue a expulsão pombalina, não há relatos significativos sobre a educação de Jovens e Adultos (ARANHA, 1996).

A maioria dos adultos, alijadas do processo educacional recorria à aprendizagem dos ofícios, para que tivessem de imediato uma oportunidade de trabalho na demanda urbana. Esse aporte da história da educação do adulto no Brasil traz o pensamento de que a história inicia-se no século XIX, delegando à educação a um segundo plano.

Com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808 e objetivando atender às expectativas de um governo imperial, foram criados vários cursos, tanto profissionalizantes em nível médio como em nível superior, bem como militares,

conforme Ghiraldelli; nasceu o Curso de Cirurgia na Bahia e o Curso de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro, o Curso de Medicina no Rio de Janeiro e a Academia Real Militar (que mais tarde tornou-se a Escola Nacional de Engenharia). O ensino dessa vez foi estruturado em três níveis: primário, secundário e superior. O Nível Primário era ainda, segundo Ghiraldelli, “escola de ler e escrever”, que ganhou um incentivo da corte e aumentou suas disciplinas consideravelmente. O Nível Secundário se manteve no esquema de “aulas régias”

Eram aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica. Ou seja: os professores, por eles mesmos, organizavam os locais de trabalho e, uma vez tendo colocado a “escola” para funcionar, requisitavam do governo o pagamento pelo trabalho do ensino. (GHIRALDELLI 2009, p.27).

No campo do Ensino Superior, havia os Cursos Jurídicos em São Paulo e Olinda e para quem desejasse seguir a carreira médica tinha as Escolas Superiores de Anatomia e Cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro.

A nossa primeira Constituição foi outorgada em 1824 por D. Pedro I e continha um tópico específico em relação à educação, conforme Ghiraldelli 2009, “Ela inspirava a ideia de um sistema nacional de educação e o império deveria possuir escolas primárias, ginásios e universidades. Todavia, no plano prático, manteve-se o descompasso entre as necessidades e os objetivos propostos”.

A educação brasileira não era uma prioridade, haja vista que um número bastante significativo da população estava fora da escola, sem o direito à gratuidade da educação primária em sua plenitude. Para caracterizar este período Romão e Gadotti (2007, p.64) enfatizam

Com a independência, ainda que a Constituição outorgada de 1824 previsse a “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos” (art.179), na prática, nada foi implementado para se atingir este alvo. Durante todo o período imperial, a educação de adultos ficou por conta das diferentes províncias que tinham que arcar com, praticamente, todo o ensino das primeiras letras. Por isso, o Brasil chega ao final do império com cerca de 85% de sua população analfabeta.

Pouco afetou de imediato as determinações legais no Império no que se refere à educação elementar⁴, mas a Lei de 15 de outubro de 1827, estabelecia que

⁴ Para os demais segmentos sociais, restava a oferta de poucas escolas cuja atividade se restringia à instrução elementar: ler, escrever e contar. Aranha (2006, p.223)

“em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haveria as escolas de primeiras letras que fossem necessárias” (PAIVA,1987).

Pela Lei de outubro de 1827, houve a adoção do “método Lancasteriano de ensino”, em que segundo Ghiraldelli (2009), o ensino acontecia por “ajuda mútua” entre alunos mais adiantados e alunos menos adiantados. Os alunos menos adiantados ficavam sob o comando de alunos-monitores, e estes, por sua vez, eram chefiados por um inspetor de alunos - não necessariamente alguém com qualquer experiência com o magistério- que se mantinha em contato com o professor. Tal situação, revelava então, o número insuficiente de professores e de escolas e, é claro, a falta de uma organização mínima para a educação nacional”. Já no Segundo Império, observou-se um crescente interesse pela instrução popular. Nesse sentido, Paiva (1987, p. 62), considera:

[...] não somente as províncias – de forma limitada – trataram de criar algumas escolas elementares e ocorreu certo progresso na instrução popular oferecida pelo Município Neutro, como também já se registraram muitas preocupações e algumas iniciativas dirigidas à educação dos adultos “desfavorecidos”.

Ainda segundo Paiva (1987, p. 66), a educação popular desenvolveu-se de forma muito desigual no conjunto do país, que as informações sobre a situação do ensino são escassas e precárias. Ressaltamos também, que o Centro-Sul, à medida que transcorria a segunda metade do século XIX, contava com condições mais adequadas à difusão do ensino que outras regiões do país, não somente devido à maior concentração de riqueza, como também as novas exigências em matéria de instrução popular, criadas como o surto de industrialização e a imigração europeia. Ainda segundo Paiva (1987, p. 69), “O relatório do ministro José Bento da Cunha Figueiredo, apresentado em 1876, afirmava que – nesse ano – 200.000 alunos frequentavam as escolas elementares e que havia difundido o ensino noturno para adultos.

Longe de ser um projeto efetivo, mas, timidamente, a educação de adultos é citada na reforma de ensino, Leôncio de Carvalho apresentada em 1878 e transformada em lei por decreto e 1879 considerava a obrigatoriedade do ensino entre 7 e 14 anos, eliminando a proibição quanto aos escravos. Preconizava a criação de escolas normais, para evitar a improvisação de professores, estabelecendo ainda, que o Governo Central poderia criar ou auxiliar escolas normais nas províncias, bem como cursos para o ensino primário de adultos analfabetos.

Propagava ainda, a promoção de conferências pedagógicas ou reuniões periódicas de professores para discutirem sobre os melhores métodos e de todas as questões de interesse prático concernentes ao ensino (PAIVA. 1987, p.71).

Com o advento da relativa urbanização do nosso país, surgem as carreiras de trabalho mais dependentes da posse de certa escolarização, essas menos afeitas ao trabalho braçal, assim a motivação de novos intelectuais discutirem a necessidade de abertura de escolas durante a Primeira República, que na visão de Ghiraldelli (2009, p.32) “[...] tivemos dois grandes movimentos de ideias a respeito da necessidade de abertura e aperfeiçoamento de escolas: aqueles movimentos que chamamos de o “entusiasmo pela educação⁵” e o “otimismo pedagógico⁶”.

A educação popular permeou a discussão do ensino no país, e em 1891, a instrução pública quando da elaboração da Carta Constitucional, novamente veio à abordagem da temática, segundo (Paiva 1987):

Ficava estabelecido em seu art.35 (capítulo IV), que ao Congresso incumbiria “animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências [...] sem privilégios que tolham a ação dos governos locais”, “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados e prover a instrução secundária do Distrito Federal (PAIVA, 1987, p.81).

A difusão do ensino elementar permeou a década 1920, embora marginalmente o ensino dos adultos, mesmo para os Estados mais ricos, combater o analfabetismo era impossível diante da demanda de instrução elementar. Para PAIVA (1987, p.93), [...] preocupações quantitativas conduziram ao nascimento da radiodifusão com objetivos educacionais; em 1923, funda-se a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, com fins “exclusivamente científicos, técnicos e artísticos e de pura educação popular” e programação de aulas, conferências e palestras sem recepção organizada.

Os problemas educacionais no que se refere à educação popular são ainda visíveis na primeira década do século XX, mas conforme Vanilda Pereira Paiva (1987, p. 87), algumas iniciativas concretas em favor da educação popular, [...] a Lei nº. 1617, de 30 de dezembro de 1906, autorizava o governo central a ajudar com um quarto dessas despesas os Estados que já dispendessem 10% de suas receitas com o ensino primário, [...]

⁵ Segundo Ghiraldelli o Primeiro Movimento solicitava abertura de escolas.

⁶ Ainda Ghiraldelli o Segundo Movimento se preocupava com os métodos e conteúdos de ensino.

O Brasil, na década de 1930, discorre Paulo Ghiraldelli Jr. (2009), continua se industrializando e surge, com a urbanização, a necessidade da população que é crescente no país, a buscar pelos setores de serviços, médicos e educação. Assim, o povo sonha em ver seus filhos escapar do “serviço físico bruto”, (mais urbano se torna um país, menos as pessoas querem se submeter ao trabalho braçal) saindo fora da zona rural.

Nesse contexto, de acordo com Paiva (1987, p. 123), cria-se o Ministério da Educação e Saúde (decreto n.º 19.402 de 14/novembro/1930) que cuidava também da Educação e Saúde Pública e no ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação (decreto n.º 19.850). Ainda, segundo a autora na IV Conferência Nacional de Educação, realizada em dezembro de 1931, reunida para tratar “As Grandes Diretrizes da Educação Popular”, firma-se o Convênio Estatístico entre União e Estados e a idéia de um Manifesto que fixasse o sentido fundamental da política educacional brasileira, nascendo assim, o Manifesto Pioneiro e na V Conferência Nacional de Educação realizada em Niterói em 1932, os educadores conseguem tornar efetiva a sua influência onde a Constituição de 34 (PAIVA, 1987. P.124) e de acordo com a Constituição de 1934: Reconheceu, pela primeira vez, em caráter nacional, a educação como direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos (art.149) e ainda:

Art. 150 - Compete à União: a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar, em todo o território do País; e) exercer a ação supletiva, onde faça necessário, por deficiência de iniciativa e recursos; Parágrafo único – O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos Arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras e a e, só de poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de freqüência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de tornar mais acessível;

Nasce o Estado Novo⁷, destaque à importância dada à educação de adultos, conforme (PAIVA, 1987, p.134) [...] o ensino da população adulta começou a ganhar relevo e a destacar-se como problema distinto daquele relativo à difusão do ensino entre a população em idade escolar, [...] 25% do FNEP⁸ permitem o lançamento de

⁷ Segundo Paiva (1987, p.112) “Estado Novo, período entre 1930/1945, marcado pelo regime de autoridade, anti-liberal, anti-democrático”.

⁸A partir de 1947, o FNEP - Fundo Nacional do Ensino Primário permite o lançamento de uma campanha nacional de educação de adultos e adolescentes, distinto da educação elementar.

uma campanha nacional de educação de adultos e adolescentes, como programa distinto da difusão do ensino elementar.

Com um indicador preocupante de alto índice de analfabetismo, houve em 1952 a promoção do II Congresso Nacional de Erradicação do Analfabetismo, incluindo também Seminários Regionais preparatórios, mesmo assim ao estudar o contexto da educação e a sociedade:

Paulo Freire concluía que a simples alfabetização do adulto seria por si mesma insuficiente. Mais do que analfabeto, este adulto – repetia – era um brasileiro ingênuo, dobrado sobre sim mesmo, quase demitido da vida, marcado pelas duras condições de existência das populações subalternas, esmagado, enquanto ser humano, pelas práticas domesticadoras do autoritarismo e do assistencialismo vigentes. O essencial era erradicar sua “inexperiência democrática”. BEISIEGEL, Celso Rui, Política e Educação Popular (A Teoria e a Prática de Paulo Freire No Brasil), São Paulo, 1989, p.110.)

Diante do quadro alarmante de analfabetismo dos adultos no Brasil, na década de 1960, ainda segundo Celso de Rui Beisiegel, (1989, p.109), “O Ministério de Educação e Cultura estimativa de cinquenta por cento a porcentagem de analfabetos adultos do país “.

Segundo Natalino Neves da Silva (2010, p.53), entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960 surgiram vários movimentos de educação e cultura popular influenciados pelo momento político, histórico e social brasileiro a partir das ideias de Paulo Freire, sobre o analfabeto e a ação alfabetizadora:

Entre esses movimentos, destacam-se o MEB – Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o MCP– Movimento de Cultura Popular de Cultura, organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE); o CEPLAR – Campanha de Educação Popular da Paraíba; o De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Prefeitura de Natal. Esses movimentos emergiram em diversos locais do país, mas foi em alguns estados do Nordeste que se concentraram em maior número e com maior expressão. [...]. Os movimentos surgem da organização da sociedade civil visando alterar o quadro socioeconômico e político, Conscientização, participação e transformação Social foram conceitos elaborados a partir das ações desses movimentos. O analfabetismo é visto não como causa da situação da pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não igualitária. Por isso, a alfabetização de adultos deveria contribuir para a transformação da realidade social (GALVÃO; DI PIERRO, 2007, P.46).

Pensados diante das preocupações dos intelectuais e culturais vividos pelo país neste período, os Centros Populares de Cultura citado por Vanilda Pereira Paiva, (1987, p. 231), “O CPC da UNE, por sua vez, era resultado de uma série de debates travados entre alguns jovens intelectuais e artistas pertencentes ao Teatro

de Arena⁹, quando este - em 1959 - transferiu-se de São Paulo para o Rio de Janeiro. Esses jovens começaram a colocar o problema da marginalização do artista em relação à vida política e social do país e da necessidade de atingir um novo público, mais amplo. ”

Em 1960 foi criado o MCP – Movimento de Cultura Popular - inicialmente em Recife, em particular Pernambuco, logo depois em todo o Estado, com características específicas “exprimem a necessidade de uma produção cultural, a um só tempo, voltado para as massas e destinada a elevar o nível de consciência social das forças que integram, ou podem vir a integrar, o movimento popular” (FÁVERO, 1983: 91).

Surge uma nova ideia pedagógica na educação, nova concepção de educação, novo método para a educação do povo, para a alfabetização da população adulta, objetivando torná-la atuante e consciente do seu papel na política do país. Com uma proposta conscientizadora o Método de Paulo Freire:

“Exprimiam a intenção de alterar radicalmente as práticas então usuais na educação do adulto analfabeto. As “classes” eram substituídas pelos “círculos de cultura”, os “alunos” pelos “participantes dos grupos de discussões”, os “professores” cediam lugar aos “coordenadores de debates”. De igual modo, a “aula” era substituída pelo “debate” ou pelo “diálogo” entre educador e educandos e o “programa” por “situações existenciais” capazes de desafiar os agrupamentos e de levá-los a assumirem posições de reflexão e crítica diante das condições dessa mesma existência”. (BEISIEGEL, 1989: 144)

Caracterizado como movimento popular o MEB – Movimento de Educação de Base - conforme Vanilda Pereira Paiva, (1987, p. 240), “Oferecer uma educação de base, que levasse ao camponês uma concepção de vida, tornando-o consciente de seus valores físicos, espirituais, morais e cívicos; um estilo de vida, que guiasse seu comportamento nas esferas pessoal, familiar e social; e uma mística de vida que atuasse como uma força interior que assegurasse dinamismo e entusiasmo no cumprimento dos seus deveres e no exercício de seus direitos. Com tais objetivos, seus promotores lançaram-se à tarefa de organizar “sistemas” de educação através de escolas radiofônicas¹⁰.

⁹ Este teatro abrirá riquíssima perspectiva de um trabalho de conquista dos intelectuais para a atividade de cultura popular, enquanto lhe dota de um instrumento de comunicação com o povo (FAVERO 1983, P.219).

¹⁰ Para BEISIEGEL (1989) MCP também havia iniciado uma experiência de educação radiofônica “transmitindo programas de alfabetização (50 a 60 minutos de aulas noturnas durante os dias úteis) e de educação de base (10 a 20 minutos)”.

Implantado em 1967, O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), visava, inicialmente, a alfabetização funcional dos jovens e adultos dentre outros objetivos, propunha, segundo José Rubens Lima Jardimino: “Desenvolver nos alunos as habilidades de leitura, escrita e contagem; desenvolver um vocabulário que permitia o enriquecimento de seus alunos; desenvolver o raciocínio, visando facilitar a resolução de seus problemas e os de sua comunidade; formar hábitos e atitudes positivas, em relação ao trabalho” (Corrêa, 1979,p.152).

Embora pregasse uma metodologia baseada no diálogo, e nas vivências de seus alunos, pautado na proposta de Paulo Freire, no material didático criado como livro-glossário, evidenciavam uma prática com a metodologia diferente. Ainda sob ótica de José Rubens Lima Jardimino:

Os objetivos expostos em cada Programa, o material didático criado com o livro-texto, livro-glossário, cadernos de exercícios e o conjunto de cartazes, construídos para todo o País, evidenciavam uma prática pré-determinada, autoritário e não dialógica, que condenava a uma aceitação passiva aqueles que deveriam fazer ouvir as suas vozes e assegurar os seus direitos (CORRÊA, 1979, p.152).

Com o fim do MOBRAL em 1985, surgiram outros programas de alfabetização, como a Fundação Educar que estava vinculada ao Ministério da Educação, mas também extinta em 1990.

O Ministério de Educação e Cultura, em 1970, incentivou a criação do Ensino Supletivo, sendo regulamentada pela lei 5692/71 que, “Inicialmente, com a campanha de alfabetização de adultos e adolescentes, para suprir a escolarização daqueles que não conseguiram concluir seus estudos no período regular.

Amparada pela Constituição Federal de 1988, a Educação de Jovens e Adultos é mencionada em documentos oficiais, com a garantia de educação para todos. Avanços significativos na Educação com ensino obrigatório e gratuito, inclusive para os alunos que não tiveram acesso na idade própria, como citado nos artigos:

Art. 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”.

Art. 206: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I- igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

Art 3: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação.

Com índices elevados de analfabetos no Brasil, segundo os dados do Mapa do Analfabetismo no Brasil (2003, p.6) as regiões mais pobres e periféricas são aquelas que concentram os maiores índices de analfabetismo. Embora seja visível a queda do analfabetismo de 65.35% em 1900, para 13,6 % no ano 2000, percebe-se uma característica de abandono com a alfabetização do país, mas as iniciativas de implantação de programas que reduzissem o analfabetismo crescem na década de 90.

Tabela 1 – Analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais - Brasil - 1900/2000

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total(1)	Analfabeta(1)	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: adaptado de Brasil, 2003, p.6: IBGE, Censo Demográfico.

Percebe-se o reflorescer das práticas pedagógicas da proposta de Paulo Freire, e um novo “pensar” na inovação pedagógica. A Educação de Jovens e Adultos é movimentada com ações do governo e da sociedade civil e dos movimentos populares, onde se percebe o surgimento das campanhas e fóruns que mobilizaram debates acerca das políticas públicas. A AlfaSOL- Alfabetização Solidária, conforme cita (José Rubens Lima Jardimino e Regina Magna Bonifácio de Araújo, 2014, p.64) tem como concepção de alfabetização e acredita que

Não basta oferecer modelos de alfabetização compensatórios para lidar com a EJA e transpor a modalidade de ensino da criança para o âmbito do adulto. É necessário desenvolver metodologias alternativas que considerem o conhecimento acumulado pelo adulto em sua vida pessoal e comunitária, que levem em consideração o contexto sociocultural em que os alunos vivem. Ademais, é preciso gerar ações educacionais que sirvam como facilitadoras para um processo de retorno ou acesso em idade adulta ao ambiente escolar, ou seja, considerar a continuidade do processo de

escolarização dos egressos de cursos de alfabetização inicial (AlfaSol, 2009, p.23).

Outro exemplo de campanha de alfabetização é o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova) que ainda segundo Jardimino e Araújo, (2014, p.66) “A iniciativa tinha por objetivos desenvolver um processo de alfabetização a partir da leitura crítica da realidade; contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica dos educandos e educadores envolvidos; incentivar a participação popular e a luta pelos direitos sociais de todo cidadão; apoiar os grupos populares que já trabalhavam com a alfabetização de adultos no Estado. (Gadotti, 2013).

2.2 DIRETRIZES CURRICULARES E MARCOS LEGAIS DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos possui consolidadas diretrizes curriculares e pedagógicas, no que concerne a legislação, a legalidade do funcionamento da EJA, especificando as orientações acerca do funcionamento, currículo, orientações pedagógicas, organização e direitos de aprendizagens, que seguidos, amparam legalmente esta modalidade de ensino, que precisa ser pensada em espaços que garanta a educação voltada para vida, para isso, atentar que os educandos possuem direitos de construir com autonomia e criticidade a sua relevância na sociedade e como o sistema educacional auxilia na oferta e na qualidade dessa modalidade de ensino, faz-se necessário.

No âmbito internacional, a educação foi compreendida como direito universal com a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (Unesco, 1990). Muitos eventos internacionais foram realizados, fóruns, conferências e a partir desses eventos foram realizadas reformas educacionais, mas foi em dezembro de 1993 na Conferência de Nova Délhi, que os países que compõem o grupo E-9¹¹, conforme Jardimino e Araújo, (2014, p.83), “firmou alguns compromissos e definiu metas, reafirmando o que anteriormente tinha sido estabelecido em Jomtien, ou seja, atender as necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos (Unesco, 1998)”.

¹¹ Ainda segundo Araújo e Jardimino (2014) grupo composto por nove países populosos e em desenvolvimento- Bangladesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria, e Paquistão.

A Educação de Jovens e adultos traz em sua história, um cenário de movimentos sociais em âmbito internacionais que influenciaram nas políticas públicas educacionais desta modalidade de ensino, vindo a surgir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) 1997.

Nesse contexto, compreender o papel da Educação de Jovens e Adultos, implica destacar que muitas questões, no que se refere às necessidades de integrar esta modalidade de ensino na legislação brasileira, ainda é um desafio, mas em 1996, a Modalidade ganha um destaque com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) ao manter uma seção destinada a esse ensino, agora, com a denominação oficial de Educação de Jovens e Adultos e por intermédio dos artigos 37 e 38, a lei ampliou o contingente de jovens e adultos que podem ser atendidos por essa modalidade, assegurando gratuidade a quem não estudou na idade regular, sem restrições quanto à idade máxima e aos estudos anteriores, que trata:

Educação de Jovens e Adultos no Título V, capítulo II, como modalidade da Educação Básica, superando sua dimensão de ensino supletivo, regulamentando sua oferta a todos aqueles que não tiveram acesso ou não concluíram o ensino fundamental. De acordo com o artigo 37, “a Educação de Jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.
§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008) Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I- no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II- no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos. § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996).

De fato, a década de 1990 foi considerada também um marco significativo no campo educativo da EJA, destaca-se os Fóruns de EJA em prol da educação de pessoas jovens e adultas. Em julho de 1997, em Hamburgo, na Alemanha, realizou-se a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA). Segundo (PAULA E OLIVEIRA, 2011, p. 25) “passou a ser um marco referencial conceitual e

legislativo para profissionais e instituições, além de sistemas que desenvolvem projetos e programas de alfabetização e de escolarização de jovens e adultos que já vinham se comprometendo com a construção de uma realidade educacional mais progressiva e plural. A conferência a desdobrou e ampliou para a EJA a concepção de educação para todos ao longo da vida”.

Entende-se a relevância da estruturação da EJA nos aspectos citados, para que de fato, nas escolas e sistemas de ensino, sejam colocadas em prática as orientações, respeitados e seguidos os direitos legais conquistados pela Educação de Jovens e Adultos nas resoluções, pareceres, legislação e diretrizes como contemplam as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000)¹², devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino: “a modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio”

A Educação de Jovens e Adultos traz especificidades que devem ser direcionadas e respeitadas, assim o currículo desta modalidade possui características próprias, finalidades definidas embasadas na especificidade dos educandos e nos espaços e contextos escolares em que estão inseridos.

A educação de Jovens e Adultos recebeu influências do pensamento de Paulo Freire, em que o educando é o sujeito do processo ensino aprendizagem e do seu saber, pautada na construção dialógica da práxis, sendo uma modalidade de ensino permeada das relações políticas, problematizadora e no chão da cultura popular.

Os jovens e adultos, em vários momentos, conforme citado anteriormente na pesquisa, estiveram à margem dos saberes institucionais, excluídos das escolas, privados das práticas sociais da leitura e da escrita, e a EJA, em sua especificidade conquistada, vem reduzir a dívida histórica que o país deixou com esses educandos e traz conforme o Parecer CNE/CEB nº 11/2000:

¹² De acordo com Sampaio e Almeida, p.155, 2009, Parecer 11/2000 – Relatório e parecer da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação, que baseou a Resolução do CNE que fixou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos pelo MEC.

I – função reparadora, que significa não só restaurar o direito ao acesso a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. II – a função equalizadora que busca uma reparação corretiva, ainda que tardia, aos grupos historicamente marginalizados (trabalhadores, donas de casa, migrantes, aposentados, encarcerados, índios, negros), possibilitando a reentrada no sistema educacional frente a interrupções forçadas seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais, oportunidades de permanência ou condições adversas. III – e, por fim, a função qualificadora uma vez que a EJA deve propiciar a todos a atualização de conhecimentos para a vida. (BRASIL, 2000).

No Brasil em 2009, foram realizadas conferências regionais e a 6ª Confinteia, sendo o primeiro país do hemisfério Sul a sediar uma Confinteia, o país mobilizou-se por meio de Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, encontros regionais e nacionais, que reuniram milhares de pessoas na descrição do estado da arte em educação das pessoas jovens e adultas, a fim de organizar os relatórios regionais de cada país, num documento intitulado, Relatório Global sobre a Aprendizagem e Educação de Adultos, apresentado na Conferência (JARDILINO,2014, P.87).

Ainda, segundo o autor, o documento definiu como prioridade a educação das mulheres e das populações mais vulneráveis, como os povos indígenas, as pessoas privadas de liberdade e as populações rurais e enfatizou, nos documentos construídos, a prioridade que deve ser dada à alfabetização no contexto da educação continuada e da formação profissional de todos aqueles que buscam a continuidade dos seus estudos.

Sabe-se das conquistas advindas das legislações e diretrizes, mas ainda há muitos jovens e adultos à margem do contexto educacional, dados da UNESCO afirmam que, 758 milhões de adultos no mundo, dos quais 115 milhões têm entre 15 e 24 anos, segundo relatório da Organização das Nações Unidas pra a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Pesquisa do Ministério da Educação em 16/02/2017 apontou que no país existem 13 milhões de analfabetos conforme o site <https://nacoesunidas.org/unesco>.

A história da Educação de Jovens e Adultos é história de lutas por políticas de afirmação da modalidade e os Fóruns de EJA, são conquistas e também reconhecidos pelo MEC, sociedade brasileira e reconhecidos internacionalmente, possuem os delegados dos fóruns que representam seus respectivos Estados nos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos- Eneja's que ocorrem a cada

dois anos e fortalece a representatividade na CNAEJA - Comissão Nacional de Alfabetização de Jovens e Adultos.

O Sistema Educacional brasileiro compreende a EJA no sistema de gestão, financiamento e recursos, mas ainda é um desafio o sistema pedagógico. A Constituição Federal de 1988, a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 93/94/1996, que prevê que os conteúdos curriculares na EJA deverão estar orientados para a prática social e para o trabalho, por meio de uma metodologia que considere o perfil dos jovens e adultos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 1/2000, ressalta que, obrigatoriamente, deverão ser observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de ensino.

O Parecer do CNE/CEB nº 11/2000, indicou a importância de que se considere um processo de reorientação curricular nas turmas da EJA, a ser definido no âmbito de cada secretaria de educação, seja ela estadual, seja municipal, sendo observadas as funções reparadora, equalizadora e qualificadora na discussão da proposta curricular, e o PNE 2014, que traz três metas que estão diretamente direcionadas para a EJA.

Diante do exposto, tratam das políticas educacionais da EJA, logo faz-se necessário um olhar acerca do direito à educação e pela qualidade no atendimento a jovens e adultos e corroborando com Gadotti:

Uma nova política de EJA [que] precisa assentar-se nos princípios da Educação popular. E eles são, entre outros: a gestão democrática, a organização popular, a participação cidadã, a conscientização, o diálogo, o respeito à diversidade, a cultura popular, o conhecimento crítico e uma perspectiva emancipatória da Educação (2014, p.7).

Pensar na inclusão e permanência destes sujeitos, com características diversas, é compreender que este público é formado por cidadãos que precisam ser atendidos nas suas especificidades, segundo Jardimino (2010, p.114), “o MEC criou em 2004, o Secad- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, denominada em 2011, Secadi”, que busca, por meio de articulação com os sistemas de ensino estadual e municipal, a implementação de políticas educacionais.

2.3 EJA: REFLEXÕES SOBRE OS ASPECTOS PRÁTICOS PEDAGÓGICOS

O fazer pedagógico perpassa pelos atores da educação, que são os profissionais essenciais envolvidos no processo ensino aprendizagem. A escola que tem uma visão centrada na percepção de que é no contexto da ação educativa-critica que são socializados os saberes mais relevantes ao educando, certamente, compreende que é também papel da escola tornar possível aos educandos uma formação pautada na valorização dos aspectos culturais, científicos, profissionais, numa perspectiva de prepará-los pra a vida. Diante desta premissa, o Art. 3 da Declaração de Hamburgo enfatiza que:

[...] a educação ao longo da vida implica repensar o conteúdo que reflita certos fatores, como idade, igualdade entre os sexos, necessidades especiais, idioma, cultura e disparidades econômicas. Engloba todo processo de aprendizagem formal e informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos. (Unesco, 1997).

Nesta perspectiva, a reflexão crítica do educador sobre sua práxis pedagógica deve ser constante. Alinhar a ação educativa aos conceitos prévios dos educandos e ao fazer pedagógico, são ações indispensáveis para o sucesso da aprendizagem destes sujeitos de direitos que possuem especificidades, diferem-se pelo novo perfil, a juvenilização e necessitam de estímulos para permanecerem na busca dos saberes.

Percebe-se a importância de um educador crítico acerca do fazer pedagógico diante às singularidades da EJA, a mediação da aprendizagem, no que concerne o aprender a aprender, a dialógica, com ênfase na valoração do conhecimento que é indissociável à cultura do educando e a ação da escola, em reconhecer a relevância deste jovem e adulto nessa modalidade de ensino, diante de uma pedagogia de permanência e inclusão do educando no contexto escolar. Pinto afirma:

A finalidade da educação não se limita à comunicação do saber formal, científico, técnico, artístico etc. Esta comunicação é indispensável, está claro, porém o que se intenta por meio dela é a mudança da condição humana do indivíduo que adquire o saber. Por isso, a educação é substantiva, altera o ser do homem. A não ser assim, seria apenas adjetiva, mero ornamento da inteligência. O homem que adquire o saber, passa a ver

o mundo e a si mesmo deste outro ponto de vista. Para isso se torna um elemento transformador de seu mundo. Esta é a finalidade essencial da educação. Tal é a razão de que todo movimento educacional tenha consequências sociais e políticas. (PINTO, p.53, 2010).

As práticas pedagógicas que na EJA ainda não são estimuladoras, há uma necessidade das escolas privilegiarem os saberes e conhecimentos produzidos pelos sujeitos de direitos, (ARROYO 2014). O campo da Educação de Jovens e Adultos possui um contexto histórico bastante vasto. Contudo, no que se referem às práticas pedagógicas, diretrizes, políticas públicas e reconhecimento dos sujeitos de direitos da EJA, ainda não são de fato estabelecidos, deixando vulneráveis seus atores, que possuem especificidades, que necessitam de um olhar acerca das diversidades, e afirmar a pedagogia de inclusão de direitos tão almejados.

A EJA é um universo impregnado de saberes e sabores, que traz uma história no chão da Educação Popular, nos movimentos Sociais, na teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. De fato, para compreendermos esta modalidade, faz-se necessário, a compreensão do contexto social e político que emergem este campo da alfabetização de adultos.

Quando é pensado as práticas pedagógicas da EJA, é interessante ressaltar a riqueza da Educação Popular, no que concerne a alfabetização de Jovens e adultos. A dialogia perpassa todo o processo, a construção dos saberes se dá por meio de um processo de troca de conhecimentos e não possui a concepção da educação tradicional, sob o pensamento de Beisiegel:

Um produto das condições de formação da vida social no passado, o rígido autoritarismo, ainda cuidadosamente cultivado entre os brasileiros no presente, permeava as atividades da prática educativa, fazia do ensino “um trabalho do homem sobre o homem”. A orientação assistencialista que impunha aos educandos “o máximo de passividade diante dos acontecimentos em que estavam envolvidos”, obrigando-os a permanecerem mudos e quietos, fazia, por sua vez, da educação, “um trabalho do homem para o homem”. Em nenhum dos casos a educação poderia ser vista como “um trabalho do homem com o homem”. Obrigava-se o educando a uma atitude passiva, inibi-se pela raiz o diálogo, frustravam nas origens as possibilidades de formação do sentimento de responsabilidade e de desenvolvimento da vontade de participação (BEISIEGEL, 1989, p. 96).

O respeito às especificidades desta modalidade de ensino, permite que as práticas também sejam realizadas com base na trajetória de vida dos educandos. A escola que pensa uma linearidade dos sujeitos sem levar em conta suas experiências, ritmos e tempos de aprendizagens na fragmentação de saberes, está

fadada ao fracasso, por não ter a sensibilidade em perceber as singularidades dos sujeitos de direitos.

É preciso garantir as especificidades da EJA, dar visibilidade ao aluno jovem e adulto com olhar atento às práticas, propostas, ou seja, à diversidade de saberes. Arroyo (2006), em sua experiência com a Educação popular e com a EJA, no que trata o fazer pedagógico que respeita à diferença afirma:

Essas diferenças podem ser uma riqueza para o fazer educativo. Quando os interlocutores falam de coisas diferentes, o diálogo é possível. Quando só os mestres têm o que falar não passa de um monólogo. Os jovens e adultos carregam as condições de pensar sua educação com diálogo. Se toda educação exige uma deferência pelos interlocutores, mestres e alunos (as), quando esses interlocutores são jovens e adultos carregados de tensas vivências, essa deferência deverá ter um significado educativo especial. (Arroyo, 2006, p.35).

A EJA é parte da unidade de ensino, não é uma modalidade a margem do contexto pedagógico. Cabe a escola pensar em estratégias eficazes de permanência do educando na EJA, que este sinta prazer em estar nesse estabelecimento de ensino, que possa construir “saberes significativos e com qualidade”. Georges Snyders discorre que

São inúmeros os alunos ávidos por deixar esse recinto para ir ao encontro do mundo cotidiano, pois este lhes parece o mundo “autêntico”; encontrar condutas, desejos e até mesmo ideias e palavras que não existem e não tem equivalente na escola. A distância entre o escolar e o vivido fora da escola é tão grande que a escola se descobre, por essa razão, desbotada e fantasiosa (SNYDERS, p. 120. 1993) ”.

No que diz respeito às práticas pedagógicas dos docentes de São Mateus, precisam pautar-se em currículo adequado a esse novo perfil, com conteúdos que propiciem crescimento integral, atividades que permitam reflexão e problematização dos assuntos propostos, dinâmicas de trabalho de forma dialógica, onde perpassa a integração da coletividade.

Nessa perspectiva, as práticas realizadas num contexto integrador certamente possibilitarão permanência dos educandos na EJA. Daí a relevância do educador entender o processo que nasce a práxis, compreender a diversidade dos conhecimentos e experiências já absorvidas pelos mesmos e se apropriar do real currículo e práticas pedagógicas ocorridas no chão da escola, objetivar olhares de ruptura, com práticas infantilizadas, que não agregam ao aprender social e político dos educandos e não humaniza o fazer pedagógico.

Com as políticas públicas concentradas no Ensino Fundamental, universal e obrigatório, é inegável que a expansão do quantitativo de vagas seja cada vez maior, no entanto, a herança de uma sociedade desigual e as atuais condições econômicas e sociais adversas, somada a inadequados processos políticos e administrativos acabam por comprometer o sucesso escolar de muitos.

Apesar do IBGE entre 1986 e 1997 apontar queda nos números do analfabetismo, o Brasil continua exibindo elevados contingentes, sendo que no ano de 1996, foram contados mais de 15 milhões de analfabetos com 15 anos de idade ou mais, equivalendo a 14,7% dessa população. Destaca-se que o maior número de pessoas na condição de analfabetas, constitui-se daquelas com mais idade, descendentes afro-brasileiras, provenientes de regiões pobres e interioranas.

Nesse sentido, a EJA representa uma dívida social não reparada, porque é exatamente esse contingente da população que empenhou a sua força de trabalho na constituição de riquezas alheias e na construção das obras públicas. Conforme essa lógica, a população que não tem acesso, nem domínio da leitura e da escrita, considerados bens sociais, acaba por ser privada de um imprescindível instrumento de participação e tomada de decisão tanto no âmbito individual, quanto na vida em sociedade. Nesse sentido, o Parecer 11/2000 declara que:

A educação, como chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado (p. 10).

Assim, o significado da EJA vai além da pura restauração de um direito negado; ela representa o acesso a um bem real e necessário à convivência em sociedade: a igualdade ontológica do ser humano. Embora não seja a educação escolar único promotor das relações sociais, ela deve possibilitar um espaço democrático de construção de conhecimento e de postura menos desigual, sendo, antes de tudo, um espaço de reconhecimento de si e do outro como igual.

Dessa forma, ela é o direcionamento para que o maior número de pessoas possam se apropriar de conhecimentos necessários para a consolidação de práticas mais solidárias e, conseqüentemente, mais autônomas e democráticas.

Nessa linha de pensamento, a EJA, independente de idade e desenvolvimento de todas as pessoas, poderá atualizar conhecimentos, mostrar e descobrir habilidades, trocando experiências que transcendem os espaços formais e conduzem à realização de si e do outro enquanto indivíduo. Segundo FREIRE,

“[...] A educação crítica considera os homens como seres em devir, como seres inacabados, incompletos em uma realidade igualmente inacabada e juntamente com ela”. Ainda de acordo com FREIRE, “[...] O caráter inacabado dos homens e o caráter evolutivo da realidade exigem que a educação seja uma atividade contínua”. A educação é desse modo, continuamente refeita pela práxis (FREIRE, 1980, p. 81).”

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino específica, com público-alvo diferenciado do ensino regular em diversas situações: faixa etária, tempo de estudo semestral reduzido, formas de ensinar e aprender, cotidiano de vida, daí a necessidade diferente de ensinar.

No que se refere à prática pedagógica, entende-se que o trabalho do professor deve estar comprometido politicamente com sua tarefa de educador, que pressupõe, sobretudo, estar ciente da responsabilidade que lhe foi confiada, conforme cita Rodrigues (1987).

Vale ressaltar a importância de uma metodologia diferenciada para os alunos da Educação de Jovens e Adultos, com base numa pedagogia dialógica e integrativa onde professores e alunos possam, por meio do diálogo, estabelecer momentos de cooperação, tendo em vista que os conhecimentos já adquiridos por esses alunos no decorrer de sua vida, devem ser o ponto de partida para outras aprendizagens. A esse respeito, ressalta Rodrigues (1987), que a partir desses novos conhecimentos eles possam transformar a realidade em que vivem compreendendo melhor o mundo.

Assim, Perrenoud (2000) considera que uma situação-problema leva à transposição de obstáculos devido a uma transferência, generalização ou construção de um conhecimento novo. Ele é enfático quando diz que não se aprende sozinho. Segundo ele, a pedagogia interativa supõe que o professor seja capaz de fazer os alunos trabalharem em equipe. A estratégia de trabalhar em equipe leva em conta a alternância entre as orientações e o trabalho coletivo e os momentos de trabalho em subgrupos, uma verdadeira cooperação.

O autor ainda recomenda o trabalho em equipe para a percepção de que a técnica é fundamental para a convicção de que a cooperação é, antes de tudo, um

valor profissional. Segundo ele, as escolas que atuam com Educação de Jovens e Adultos, devem construir a própria identidade, como a expressão de uma cultura peculiar, considerando as necessidades dos estudantes e que incentive as potencialidades de quem procura por essa modalidade de ensino.

A permanente transformação das práticas requer, entre outras coisas, a mudança de atitude. Infelizmente, também uma transformação de pouco efeito. A forma de agir de uma pessoa não pode mudar sem transformações de atitudes, de representações, de saberes, de competências e de esquemas de pensamento e ação. São as condições fundamentais para uma transformação duradoura das práticas, segundo ressalta Perrenoud (2000).

Nesta perspectiva, entende-se que a escola com bases nas práticas pedagógicas Reflexivas¹³, que percebe a importância da formação de um educando, capaz e consciente de seu papel, também reconhece a riqueza cultural que permeia a sala de aula, no trabalho pautado na valorização das experiências que cada sujeito é possuidor. Dar a relevância aos conhecimentos adquiridos pelos educandos ao longo da vida e mediar à aprendizagem tecida na dialogia da sala de aula, permite ao docente a construção na coletividade de novos saberes, assim segundo Pinto,

A preparação do educador é permanente e não se confunde com a aquisição de um tesouro de conhecimentos que lhe cabe transmitir a seus discípulos. É um *fato humano* que se produz pelo encontro de consciências livres, a dos educadores entre si e os destes com os educandos. (PINTO, 2010, p. 51).

São percebidos também, avanços no campo da política educacional da EJA, entretanto, sabe-se que, historicamente, ainda possui uma visão compensatória; para isso, todos os sujeitos de direitos que fazem o fazer pedagógico da modalidade, precisam pautar-se de parâmetros educacionais que evidenciem uma educação de direitos e que conduza com o perfil do educando. No que se refere ao citado acima, destaca BRASIL, 2000:

Parágrafo único. Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das Diretrizes Curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar: I - quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de

¹³ Trata-se de um conceito que perpassa não apenas a formação de professores como também o currículo, o ensino a metodologia de docência. A ideia é a de que o professor possa “pensar” sua prática (LIBÂNEO 2000).

propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação.

O acesso dos jovens e adultos, à educação de qualidade, requer postura de renovação do fazer pedagógico, com um currículo que atenda às diferenças, com projetos pedagógicos que respeite o tempo de aprendizagem e a identidade dos educandos e que o professor adeque o currículo à cultura dos sujeitos/jovens e adultos, com um cunho político e libertário, sendo o professor, mediador do processo ensino aprendizagem e possua visão holística da relevância da modalidade. Ainda segundo BRASIL 2000, no que se refere o exposto acima:

II- quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores; III - quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica (BRASIL, 2000).

Todos esses aspectos fazem parte de uma prática docente, que visa orientar o educando para o conhecimento crítico e para a capacitação diante dos desafios que estão presentes na realidade em que estão inseridos. Nessa perspectiva, registra-se o relatório Educação: um tesouro a descobrir, construído para a UNESCO pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, também conhecido como Relatório Jacques Delors, que para os autores desse documento a educação é o principal instrumento para alcançar o desenvolvimento dos indivíduos e capacitá-los a enfrentar os desafios atuais e futuros, num processo contínuo de valorização das competências e habilidades adquiridas fora da escola. (JARDILINO E ARAÚJO, 2014, P. 85).

Nas turmas de EJA da Rede Municipal de São Mateus, ES, as práticas perpassam também por um olhar crítico do professor, que busca dialogar seu fazer pedagógico pautado em ações emancipatórias, valorizando os saberes ricos que trazem os jovens e adultos da modalidade.

Educadores que percebem o papel da educação, como preparação para a vida, de forma integral e que permita a construção dos conhecimentos como oportunidade de produção de saberes novos, num diálogo que permeie a equidade e a garantia da inclusão e permanência dos educandos no contexto escolar.

Possibilitar a permanência deste educando, na busca pelo aprender a aprender, requer a sensibilidade de alguns profissionais da educação em modificar suas práticas e pautá-las na afetividade, onde os saberes se fazem em permanentes trocas e novas construções e transformações, nesta premissa:

Uma metodologia que promova o debate entre o ser humano, a natureza e a cultura, entre a humanidade e o trabalho, enfim, entre as pessoas e o mundo em que vivem, é uma metodologia dialógica. Como tal, ela prepara homens e mulheres para viverem seu tempo, com as contradições e os conflitos existentes, e os conscientiza sobre a necessidade de intervir nesse tempo para a construção e efetivação de um futuro melhor (SOUZA, 2008, P.73).

Práticas como a explanação de conteúdos que permitam aprendizagem de forma política e com significado e não por meio de transmissão de conteúdos sem intencionalidades, de forma mecânica, que não valorize as potencialidades dos jovens e adultos, devem ser constantes na rotina da sala de aula.

Dinâmicas de trabalho que valorize a experiência e trajetória de vida dos educandos, atividades que socializadas no contexto da sala de aula que permitam a troca e inserção de novos conhecimentos, enriquecerão o fazer pedagógico do professor. Diante desta afirmativa, Juarez Dayrell (2005, p. 53) aponta:

[...] ao se referir à educação, está implícito que a tradição da EJA sempre foi muito mais amplo que o ensino, não se reduzindo à escolarização, à transmissão de conteúdos, mas dizendo respeito aos processos educativos amplos relacionados à formação humana, como sempre deixou muito claro Paulo Freire.

Diante da compreensão acerca da riqueza dos conhecimentos trazidos pelo educando da EJA ao retornar à escola, entende-se que as práticas tecidas no chão da sala de aula, de fato, devem ser diferenciadas, modificadas, a fim de acolher, incluir e permitir que o jovem e o adulto sintam-se pertencidos novamente a espaço.

2.4 A JUVENILIZAÇÃO E EVASÃO NA EJA: DIREITOS E NECESSIDADES

Ofertada aos jovens e adultos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB- 9.394, de 1.996 no Artigo 37 torna legal, a Educação de Jovens e Adultos - EJA, passando a ter um caráter legitimado no que se refere à sua oferta, mas no contexto educacional, a história da educação de jovens e adultos teve um cenário bastante excludente, porque não dizer marginalizado.

Para isso, Vieira, Tatiana de Santana, 1982 - V658m Mnemosine, Clio e a memória histórica da educação de jovens e adultos em/com ações de extensão na UFES de 1986 a 1996, “Inicialmente, cabe ressaltar a atualidade da designação “educação de jovens e adultos”, ela foi cunhada na década de 1980 a partir da crescente incursão de adolescentes e jovens nas salas de aula antes destinadas aos adultos e idosos.

É notório que o perfil dos sujeitos da EJA, mudou. A juvenilização dessa modalidade de ensino trouxe desafios a serem enfrentados no cotidiano escolar. Muitas indagações são realizadas cotidianamente, a fim de encontrar soluções para ensinar e aprender, e neste contexto de diversidades, saber quem são esses jovens e adultos que recorrem novamente aos bancos escolares

Nessa perspectiva, ao referir-se aos jovens e adultos, há de pensar que a modalidade abrange os sujeitos que estão situados em um determinado tempo na vida, possuem conhecimentos prévios, especificidades próprias, e por serem sujeitos com idade e tempo de vida distintas, apresentam necessidades e demandas de aprendizagem também diferentes, logo não se pode esgotar o pensar acerca do contexto educacional e a visão de que a juventude inserida nesta modalidade, requer práticas também pensadas para os jovens, assim Jardimino (2014, p. 182) cita Carrano (2007,p.1).

É notável o crescente interesse que o tema da juventude vem despertando no campo da Educação de Jovens e Adultos. A preocupação com os jovens da EJA está, em grande medida, relacionada com a evidência empírica de que eles e elas já constituem fenômeno estatístico significativo nas diversas classes de EJA e, em muitas circunstâncias, representam a maioria ou quase totalidade dos alunos em sala de aula.

As situações reais e o perfil dos alunos da EJA devem determinar o núcleo da organização do projeto pedagógico dos estabelecimentos, assim como frisa o Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e adequação da Resolução CNE/CEB nº 1/2000, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que fixa em 15 anos a idade mínima para ingresso na EJA do Ensino Fundamental e em 17 anos para ingresso em cursos de EJA de Ensino Médio.

O Parecer atribui autonomia aos sistemas que permitem a eles definir a organização, a estrutura e o funcionamento dos cursos de EJA. Entretanto, é necessário cautela para que a carga imposta não padronize e nem “engesse” as práticas. Há, ainda, a dificuldade operacional de manutenção da EJA.

A valoração dos sujeitos dessa modalidade, perpassa pelo conhecimento da escola sobre o perfil desses sujeitos, onde vivem, seus desejos, suas experiências e vivências, suas expectativas, e a partir destas informações, a escola mapear estratégias, práticas, que garantam a inclusão e permanência destes jovens e adultos na EJA, eliminando com trata Capucho (2012).

Outra concepção corrente é a de que os (as) estudantes não querem saber de nada, por isso não é necessário se preocupar com a qualidade do que vai ser ofertado; inclusive os(as) mais jovens são os(as) que em geral são tachados(as) de indisciplinados(as) e desinteressados(as). Há ainda a ideia que todos(as) os(as) que passaram pelo Mobral e pelo supletivo – ou estão nos cursos noturnos – são sujeitos com “conhecimentos menores.

Entende-se, que para esses educandos de direitos, o acesso à educação de qualidade é condição para a inserção pessoal, social, econômico e político, assim, possam exercer e ampliar seus direitos.

Conhecer quem são esses jovens e adultos, quais seus valores, cultura, projetos de vida e experiências trazidas do contexto social, permite a escola entender e identificar os motivos que os levaram a frequentar a EJA e como realizar estratégias de incluí-los novamente na escola. Essas práticas são essenciais na busca da realização do fazer pedagógico e na melhoria do atendimento ao educando, possibilitando eficácia no processo ensino aprendizagem.

A presença dos jovens na EJA vem aumentando, significativamente, e o desafio do trabalho com a modalidade torna-se crescente. Faz-se necessário, pensar nas possibilidades de inclusão e permanência revendo as práticas que são executas no cotidiano escolar.

A “juvenilização da EJA” é realidade nas escolas no turno noturno, para isso as unidades de ensino precisam se preparar no que se refere à estrutura, metodologia, currículo e a formação do corpo docente que trabalhará com a modalidade. Carrano salienta que:

A escola espera alunos e o que chega são sujeitos com múltiplas trajetórias e experiências de vivência do mundo. São jovens que, em sua maioria, estão aprisionados no espaço e no tempo – presos em seus bairros e incapacitados para produzirem projetos de futuro (CARRANO, 2007, p.65).

É também realidade a juventude inserida na Educação de Jovens e Adultos, devido vários motivos, destaca-se o trabalho. Muitos jovens precisam ingressar no mercado de trabalho e a frequência na escola é primordial. A esses jovens, as

práticas precisam ser direcionadas, de tal forma, que não aconteça a evasão escolar. Antes pensadas num contexto em que o adulto era o sujeito de perfil da EJA, hoje, esse perfil mudou e as demandas são diferentes e desafiadoras.

A constituição da EJA possui uma característica jovem com especificidades e direitos que precisam ser garantidos principalmente no processo educativo. Assim, aos jovens e adultos inseridos na modalidade EJA, possuem direitos pautados na singularidade, pois possuem uma identidade, são jovens e adultos que acima de tudo apresentam características únicas. Sobre esse aspecto, Haddad especifica:

Mesmo a EJA estando cada vez mais próxima das instituições oficiais de ensino e das reflexões sobre escolarização, isto não a isola ou não parece poder isolá-la do debate mais amplo que ainda permanece vivo nos movimentos populares sobre a necessidade de se pensar numa educação que ultrapasse os objetivos utilitaristas de certificação e abra-se para uma perspectiva de conquista de direitos (HADDAD, 2002, p.16).

A possibilidade de realizar um trabalho na intenção de integrar os jovens e adultos no contexto escolar é um desafio necessário e perpassa por um olhar da diversidade, das dimensões do processo de escolarização, das relações tecidas no cotidiano escolar, respeitando suas diferenças e desconstruindo conceitos pré-determinados acerca dos jovens e adultos.

A inclusão dos educandos na EJA precisa ser pensada na coletividade e integração de todos os envolvidos, seja do sistema educacional, família, do próprio jovem e adulto, da metodologia trabalhada, livro didático adequado, conteúdos diferenciados, sem os vícios já arraigados trazidos para a EJA de um modelo infantilizado. A visibilidade a essa modalidade de ensino que possui sujeitos de direitos, requer a valorização da trajetória de vida do jovem e do adulto, contemplando-a com políticas públicas que atenda as singularidades apresentadas e esse novo perfil de educando, que é parte integrante da EJA, sendo papel dos sujeitos envolvidos, integrar, permitir o pertencimento ao espaço escolar com qualidade.

2.5 GESTÃO DEMOCRÁTICA: POSSIBILIDADES DE INTEGRAÇÃO ENTRE OS SUJEITOS QUE COMPARTILHAM O ESPAÇO ESCOLAR.

A escola possui função extremamente importante na vida escolar dos educandos. Logo, possui grande papel e responsabilidade educativa, compreendendo a importância coletiva do trabalho que realiza. Para isso, a escola precisa ter um olhar crítico acerca de questões fundamentais, relacionadas às concepções de homem, de sociedade e de mundo que norteiam o processo pedagógico. Sobre este aspecto, pode-se respaldar no que aponta Rodrigues (1987):

Se julgarmos que a função da escola seja a de apenas repassar o conhecimento para outras cabeças, agiremos num sentido; por outro lado, se julgarmos que a função da escola é, ao repassar o conhecimento, também produzir uma transformação no indivíduo, de modo a permitir que ele compreenda melhor o mundo, nossa ação será diferente. Importante não é só o acervo de conhecimentos que se deve selecionar para instruir o ensino – igualmente importante é a maneira como se vai realizar este ensino, o modo como o ensino é trabalhado. E quando falamos do modo estamos nos referindo à metodologia de trabalho da escola. (RODRIGUES, 1987, p. 76).

Sob esta concepção, pensar a escola democrática, é alicerçar as práticas pedagógicas dos professores, objetivando a participação e interação do educando, com o intuito de integrá-lo nos espaços da escola e do contexto do aprender criticamente, permitindo maior democratização das relações e o estreitamento intra e extraescolares, sob essa ótica,

“[...] a gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educandos” (VEIGA, 1997, p. 18).

Pensar nos sujeitos da EJA, é entender que possuem uma trajetória marcada de saberes que pulsam para serem colocados na discussão dialógica propiciada pelo docente. Quando os jovens e adultos buscam a escola, precisam ter voz no contexto educacional, sentir que o direito historicamente negado, se dá hoje com oportunidades de formação de cidadãos pensantes, capazes de transformar os obstáculos em oportunidades de crescimento. Nesse sentido:

[...] uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo (FREIRE, 1996, p.24).

A integração ao espaço escolar, o desejo de estar inserido no contexto da sala de aula, produz um efeito positivo na aprendizagem do jovem e adulto, Sentir-se pertencido e incluído no ambiente da escolar propicia autonomia e autovalorização desse sujeito.

Não há dúvida quanto a relevância da necessidade da inclusão dos educandos na escola, com práticas de envolvimento, acolhida e valorização que a instituição desempenha perante a comunidade escolar. Ações significativas, mas que se destacam na autoestima dos jovens e adultos. Segundo Arroyo (2000),

[...] é através dessas reflexões e das novas práticas que delas resultarem que podemos fazer da escola e das novas práticas que elas resultarem que podemos fazer da escola um tempo mais humano, humanizador, esperança de uma vida menos inumana”. Esse é um desafio para o qual não existem receitas. Como dizia o poeta, “caminhante, não há caminho, há caminhos a andar [...]

O ambiente relacional promovido pela escola é fator relevante pra inserção deste educando no contexto escolar. As ações realizadas são possibilidades de certa forma para a integração e permanência dos jovens e adultos. Daí a necessidade do acolhimento aos jovens e adultos, uma vez que não foram acolhidos pelo sistema educacional regular.

Considerando esse egresso, o educando vem arraigado de incertezas, fragilidades, com questões de trabalho, familiar e o desafio de permanecer em busca desse saber que de certa forma é novo e desafiador. De outro lado, a escola se depara com a organização estrutural de funcionamento da EJA num contexto e espaço de aprendizagem. Esse espaço não pode faltar a afetividade, crucial na construção do aprender a aprender e segundo Uller (2006).

A aprendizagem resultará da interação afetiva do sujeito/objeto com outros sujeitos. Esse aprender depende de sentimentos, atitudes, juízos de valores que o aluno constitui no decorrer de sua vida e continua a dialogar com o presente e os sujeitos com quem interagem. Por ser derivado das histórias e experiências vividas, o afeto presente no aprender não atua por igual em diferentes sujeitos e situações. Se a cognição atua no sentido da objetivação e universalização, a afetividade atua no sentido da singularização e significação do conhecimento. (ULLER, 2006, p. 7).

Dessa forma, a escola democrática será um espaço de ações integradoras, de escuta e visibilidade aos atores desse espaço, que propicie interação entre os docentes, discentes, equipe gestora e comunidade escolar. Uma escola democrática, permite a dialogia com possibilidades para os jovens e adultos que sempre estiveram a margem deste contexto, sentirem-se inclusos na dinâmica de uma gestão participativa.

2.6 FORMAÇÃO CONTINUADA ESPECÍFICA PARA OS PROFESSORES DA EJA

O direito a aprender a aprender, traz um olhar acerca da formação do educador e a qualidade do ensino realizado na modalidade EJA. Outro ponto a refletir, é se as universidades acompanham a crescente demanda por formação inicial e continuada para a EJA, contrariando recomendação do Parecer 11/2000, quando orienta que deve haver a articulação entre os sistemas de ensino e as instituições formadoras para formação em serviço, exemplificando os cursos de especialização. Sobre este aspecto, Henriques e Defourny (2006, p.8)

Questiona-se a adequação das metodologias, dos tempos e espaços, das formas de avaliação, e, sobretudo, da formação inicial e continuada dos professores. São mais de 175 mil professores que ensinam jovens e adultos na modalidade EJA, Ensino Fundamental, nos sistemas municipais e estaduais. Desses, a grande maioria nunca recebeu formação específica para a função que exercem.

Entende-se como necessária a adaptação curricular dos cursos de Licenciatura, devido às necessidades e interesses dos licenciandos em estarem obtendo o conhecimento do que representa a EJA, muitas vezes divergentes daquilo que os professores possuem como expectativa.

A respeito desse tipo de capacitação, Lopes e Sousa (2005, p. 2) esclarecem:

A capacitação do educador se faz por duas vias: a via externa, representada por cursos de capacitação, aperfeiçoamento, seminários etc, e a via interior, que é a autocrítica que cada professor deve fazer sobre seu papel na sociedade, utilizando-se do debate coletivo e da crítica recíproca com os colegas.

Percebe-se a EJA, na prática, como uma forma concreta para jovens e adultos permanecerem na escola. Para esse segmento, devido às especificidades socioculturais, é necessário que se consolidem os objetivos de seu modelo

pedagógico, para criar situações pedagógicas condizentes com as necessidades de aprendizagem desse público.

Atualmente, os Sistemas Estaduais e Municipais de Educação que atuam com a Educação de Jovens e Adultos, estão preocupando-se com a Formação Continuada dos educadores. Assim, diversos estados discutem o desenvolvimento profissional, visando a melhoria do ensino-aprendizagem. A esse respeito, Arroyo (2006) destaca:

Poderíamos encontrar outros indicadores de que estamos em um tempo propício para a reconfiguração da EJA. Um dos mais promissores é a constituição de um corpo de profissionais educadores (as) formados(as) com competências específicas para dar conta das especificidades do direito à educação na juventude e na vida adulta. Arroyo (2006, p. 21).

Podendo-se citar como exemplo os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA, que têm como compromisso, a construção de uma política pública para a EJA. Eles pontuam como uma das prioridades a formação dos educadores, citadas no Relatório Síntese do VIII ENEJA, entre os dias 30 de agosto e 2 de setembro de 2006, em Recife (PE):

Manutenção de processos permanentes de formação continuada de educadores e de educadores populares que contemplem orientações para o trabalho pedagógico sob a ótica da diversidade cultural e da economia solidária. Estabelecimento de rotinas de registro, sistematização e divulgação de experiências de formação de educadores de jovens e adultos e constituição de banco de dados dessas experiências. Apropriação dos espaços de construção e elaboração de material didático e cadernos de experiências, reconhecimento e certificação para a formação inicial e continuada, inspirada no texto da LDBEN e nas concepções atuais da EJA expressas na Declaração de Hamburgo, que contemple princípios teórico-metodológicos coerentes com a especificidade da educação de jovens e adultos e seus requerimentos.

Diante do exposto, é preciso considerar como aspecto muito importante a formação dos educadores, que deve almejar uma Educação de Jovens e Adultos focada no desenvolvimento de competências e habilidades a partir dos conhecimentos já adquiridos por essa clientela, contribuindo para o entendimento de que a cultura não existe sem as suas conquistas e que faz parte da história de uma sociedade. Isso ocorre, até mesmo, para atender a legislação, que propõe aos educadores a tarefa de investigar e de definir estratégias para o trabalho educativo adequados às condições de vida de jovens e adultos

Assim, o instrumento metodológico e o embasamento teórico contribuem, efetivamente, para que os profissionais condutores dessa modalidade de ensino

sejam motivados a utilizarem atividades mais direcionadas a este educando que possui saberes adquiridos de sua cultura. É necessário prover aos professores subsídios teóricos, objetivar a compreensão da especificidade dos alunos da EJA, por meio de formação básica e crítica de seu importante papel como mediador da aprendizagem, para isso a formação perpassa pela conscientização reflexiva do educador frente às singularidades da pessoa adulta e de acordo com Paulo Freire:

Não se pode chegar à conscientização crítica apenas pelo esforço intelectual, mas também pela práxis: pela autêntica união da ação e reflexão. Não se pode impedir aos homens uma tal ação reflexiva. Se se fizesse isto os homens não seriam outra coisa que peças nas mãos dos líderes, que se reservariam o direito de tomar decisões. (FREIRE, 1980, p. 92).

Avalia-se como positivo, selecionar as atividades, temas a serem trabalhados, dinâmicas de direcionamentos dos conteúdos expostos, enfim, é competência fundamental do educador e exige conhecimentos sobre os mecanismos de desenvolvimento, aprendizagem e domínio das didáticas das disciplinas. E, conforme aponta Perrenoud (2000), a formação deve preparar a pessoa para ter autonomia, equilibrando benevolência, com exigência.

A respeito desses aspectos, Arroyo (2006), por sua vez, acredita ser impossível desvincular os professores da EJA do pensamento de que ela está, intimamente, relacionada à luta dos cidadãos pelos seus direitos.

Sabe-se que os mecanismos sociais que impulsionam a exclusão são difíceis de transformar. Um grande desafio é promover a distribuição, da maneira mais igualitária possível, do conhecimento, para tentar essa transformação. É tarefa desafiadora para os educadores e teóricos da educação. (PERRENOUD, apud RIBEIRO, 1999).

Entende-se, então, que o ensino previsto para a EJA, seja aquele que possibilite a integração do que é curricular a situações de aprendizagem em que se encontram inseridos esses sujeitos, possibilitando assim, a permanência destes no ambiente escolar. Isso se explica quando é percebida a necessidade dos alunos de estarem incluídos socialmente como cidadãos (FREIRE, 1996), pessoas capazes de exercer seus deveres e direitos a partir de um conhecimento que está veiculado ao mundo, mas principalmente ao que ele aprende na escola, por intermédio do professor, principalmente.

Para Fiorentini (1995, p.4), a formação do professor deve estar centrada na relação professor-aluno, pois outros aspectos por trás de cada maneira de ensinar estarão influenciando o processo de ensino-aprendizagem.

[...] por trás de cada modo de ensinar, esconde-se uma particular concepção de aprendizagem, de ensino, e de educação. O modo de ensinar sofre influência também dos valores e das dificuldades que o professor atribui ao ensino, da forma como concebe a relação professor-aluno e, além disso, da visão que tem de mundo, de sociedade e de homem (FIORENTINI, 1995, p. 4).

Perrenoud (2000) afirma que quando se pretende instruir alguém, conhecer os conteúdos a serem ensinados é tarefa secundária. Para ele, a competência de um professor reside no fato de ele saber relacionar conteúdo com objetivo e situação de aprendizagem.

Nesse sentido, entende-se a relevância desta pesquisa que busca conhecer a prática pedagógica dos professores da Educação de Jovens e Adultos – EJA de São Mateus a partir da formação continuada, visando a adequação do ensino-aprendizagem da EJA, com foco na realidade cultural do aluno, procura-se, sobretudo, perceber o quanto a formação continuada, nos moldes propostos, contribui para a melhoria da prática pedagógica dos professores. Para Paulo Freire,

Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunda com a prática. O seu 'distanciamento' epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise, deve dela 'aproximá-lo' ao máximo. Quanto melhor faça esta operação tanto mais inteligência ganha da prática em análise e maior comunicabilidade exercem em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade. Por outro lado, quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de mudar, de promover, no caso, do estado de curiosidade ingênua para o de curiosidade epistemológica. Não “é possível a assunção que o sujeito faz de si numa certa forma de estar sendo sem a disponibilidade para mudar.” (FREIRE, p. 165,1996).

Sabe-se da relevância da formação continuada dos profissionais e os pontos positivos que emergem de um educador que busca a atualização, esta formação perpassa pelo contexto político, pois as práticas pautadas pelos profissionais que se atualizam e buscam saberes novos acerca da Modalidade EJA, certamente o aprendizado dos jovens e adultos, propiciará a formação de cidadãos capazes, críticos e com saberes específicos e relevantes, e os docentes, empoderados em

sua prática, porque possuem fundamentos na aplicação dos conteúdos propostos. Corroborando com OLIVEIRA,

“[...] A competência profissional talvez seja o primeiro compromisso político que o professor deva assumir para a transformação da sociedade. Será por meio de sua competência que ele formará outros sujeitos críticos, detentores de conhecimentos que historicamente vêm sendo negados às classes trabalhadoras (OLIVEIRA, p. 88 2012).”

Nessa perspectiva, as práticas pedagógicas podem ser fator essencial para a inclusão e permanência dos jovens e adultos no contexto escolar, para isso a formação docente faz-se necessária, sendo garantidas nas diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, art. 17(Brasil, 2000).

Art. 17 – A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em: I – ambiente institucional com organização adequada à proposta pedagógica; II – investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas; III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática; IV – utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem.

A troca de experiência e saberes dos docentes, também perpassam a formação continuada, pois trazem informações que possibilitam a reflexão sobre suas práticas numa construção concreta e rica dos conhecimentos adquiridos desta possibilidade. Antônio Nóvoa (1995), afirma que: “O processo de formação vai além da simples aquisição das técnicas e conhecimentos, pois é também um espaço em que se desenvolvem a socialização e construção profissional.”

Essas possibilidades concretizam um pensar sobre a formação inicial e continuada, como princípio da profissão do educador, permitindo-o ser consciente e político no fazer pedagógico, bem como, possuidor de competências que possam transformar suas práticas pedagógicas como ferramentas possíveis de incluir e possibilitar a permanência dos jovens e adultos no contexto escolar.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

No campo educacional a pesquisa é uma oportunidade de desenvolvimento sistemático de informações em prol da efetivação de uma educação de qualidade.

Nesse intento, a realização desta pesquisa, será um campo de possibilidades para que ocorra a reflexão e, sobretudo, a intervenção nas variadas áreas de atuação e conseqüentemente campos do conhecimento.

Na referida pesquisa no campo da educação, a modalidade EJA, objetiva investigar práticas pedagógicas nas escolas que atendem o Segundo Segmento da EJA na Rede Municipal, de São Mateus-ES, e que possam contribuir para uma pedagogia de inclusão e permanência dos educandos no contexto escolar.

3.1 CARACTERIZAÇÃO E MÉTODOS

Na ótica da relevância da pesquisa científica, é possível mencionar a visão de Gil (1999, p.42), onde a pesquisa é um "[...] processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos".

Partindo dessa reflexão e delimitações, mediante o enfoque das experiências no ensino e aprendizagem de jovens e dos adultos, bem como na necessidade de inclusão e sua permanência, levanta o seguinte problema de pesquisa: como as práticas pedagógicas podem contribuir para uma pedagogia de inclusão e permanência dos educandos da Educação de Jovens e Adultos no contexto escolar?

Para tal investigação, a pesquisa parte do campo bibliográfico para o campo empírico. No campo bibliográfico a pesquisa sustenta-se em autores como: Miguel Arroyo (2008), Ceslo de Rui Beisiegel, Vanilda Pereira Paiva (1987), Osmar Fávero (1983), Paulo Freire (1996), Philippe Perrenoud (1999), José Rubens Lima Jardineiro, Regina Magna Bonifácio de Araújo (2014), Cláudia Regina de Paula, Marcia Cristina de Oliveira (2011), Moacir Gadotti (1995), Marisa Narcizo Sampaio, Rosilene Souza Almeida (2009) Aranha (2006) que definem a EJA como modalidade singular da Educação Básica.

A pesquisa bibliográfica para Ferrão (2003, p. 102) “é baseada na consulta de todas as fontes secundárias relativas ao tema que foi escolhido para a realização do trabalho”.

No campo empírico, a pesquisa utiliza dados da Rede Municipal de Educação, ou seja, com dados de todas as escolas que ofertam a modalidade EJA no ano letivo de 2017 (segundo semestre) e 2018, primeiro semestre, no município de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Serão aplicados questionários, com 7 (sete) perguntas fechadas e 6 (seis) perguntas abertas, para os professores e equipe gestora de cada escola, e para os discentes, 6 (seis) perguntas fechadas e uma pergunta aberta, dando “voz” a todos os sujeitos da EJA. O questionário, segundo Gil (1999, p.128),

[...] pode ser definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

No ano de 2017, 11 escolas ofertavam a modalidade, sendo somente 09 contemplando o Segundo Segmento. No primeiro semestre do ano de 2018, 12 escolas ofertam a EJA e 10 escolas contemplavam o Segundo Segmento. Os nomes das unidades de ensino serão verdadeiros, conforme autorização, mas no questionário não serão nomeados os sujeitos para evitar alguma situação constrangedora aos entrevistados e resistência por partes destes ao respondê-lo.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é investigar práticas pedagógicas nas escolas que atendem a EJA na Rede Municipal de São Mateus ES, que possam contribuir para uma pedagogia de inclusão e permanência dos educandos no contexto escolar.

Sustentado na Pesquisa bibliográfica, o primeiro objetivo específico da pesquisa é possibilitar aos profissionais da EJA - professores e equipe gestora- conhecimentos do processo histórico e diretrizes legais da EJA.

Já o segundo objetivo, que é descrever práticas pedagógicas utilizadas na EJA que contemplem de possibilidades para inclusão e permanência dos educandos no contexto escolar, será alcançado sob abordagem da pesquisa etnográfica, que dará visibilidade e voz aos - discentes, docentes, e equipe gestora- numa perspectiva dialógica no cotidiano do espaço escolar, onde serão aplicados questionários aos profissionais da EJA com perguntas abertas e fechadas.

Identificar a importância da gestão democrática como norteadora da relação entre os sujeitos que compartilham o espaço escolar, é o terceiro objetivo específico que estará sustentado por meio da Pesquisa bibliográfica em dissertações, teses e livros.

Por fim, define-se o último objetivo específico, fornecer em parceria com a secretaria Municipal de Educação do Município de São Mateus ES, proposta de formação continuada aos professores da rede municipal com a finalidade de auxiliá-los em sua prática pedagógica, bem como propiciar momentos de reflexão que contemplem a compreensão da inclusão e permanência dos educandos da EJA, oportunizando aos docentes vez e voz na pesquisa, com um espaço de aplicação de questionários aos docentes com perguntas abertas e fechadas.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois considera as realidades e saberes dos sujeitos da pesquisa e também possui aspectos quantitativos em que se utilizará do questionário com perguntas fechadas e abertas.

3.2 POPULAÇÃO DE ESTUDO

Como definição do campo da pesquisa está o município de São Mateus – ES, localizado no norte do estado do Espírito Santo, rico em história, pois é um dos mais antigos municípios do Estado. Sua composição étnica define-se pelos índios aymorés, também chamados de botocudos, pelos colonizadores portugueses que chegaram ao contexto da segunda metade do século XVI e no século XIX marcado pela presença e pelas contribuições dos africanos e imigrantes europeus.

Possui um rico patrimônio cultural, e uma quantidade significativa de escolas municipais, onde encontra-se a população do presente estudo.

A população de estudo será constituída por discentes, professores e equipe gestora das 10 escolas municipais, ou seja, todas as que ofertam somente o Segundo Segmento a Educação de Jovens e Adultos, em São Mateus-ES, para garantir a fidedignidade da pesquisa.

3.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Mediante a relevância de uma pesquisa no campo educacional, vale destacar a visão de LAKATOS (2007), que define que a pesquisa é um caminho formal com

método de procedimento reflexivo, com tratamento científico em prol do conhecimento de uma realidade.

Por meio da visão supracitada, entende-se o cuidado que deve existir no processo de tratamento dos dados. Após a realização da coleta de dados focalizada e sua transcrição, o estudo passará a uma análise, na intenção de tabular, sob a forma de gráficos e de tabelas, para reafirmar o tema e sua ocorrência a partir dos sujeitos entrevistados e da realidade constatada.

Os dados serão agrupados de acordo com sua similaridade, visando identificar padrões e tendências de grupo, buscando-se a compreensão de como as pessoas agem em relação à temática pesquisada. Este agrupamento de dados é que permitirá a criação dos gráficos já mencionados.

A intenção da pesquisa será verificar e refletir como a prática da equipe gestora e dos docentes podem contribuir na promoção de experiências exitosas que configurem como causas da permanência dos educandos da EJA na escola, fator de eficácia para sua inclusão social.

No que refere ao desenvolvimento das pesquisas no campo educacional, será possível destacar a dialética na Educação, sob o foco da abordagem qualitativa, considerando assim, os dados não findados em si mesmos, mas tomando como ponto de partida as dimensões operacionais do ato de pesquisa, com uma investigação desenvolvida no âmbito da educação, modalidade EJA, cujo foco é a reflexão e construção de saberes escolares, como afirma (SOUZA JÚNIOR, 2007) em tese de doutorado.

Os discentes, professores e equipe gestora, participarão voluntariamente da pesquisa e não terão que revelar seus nomes ao preencherem o questionário. No campo ético, a pesquisa não apresentará risco biológico aos participantes e respeitará as determinações do Conselho Nacional de Saúde (Resolução CNS n.º 196/96 e suas complementares), possuindo aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Vale do Cricaré.

4 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA

Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes.
Paulo Freire

O presente capítulo apresenta os dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa empírica-etnográfica. Nele apresenta-se a análise da pesquisa que considera as contribuições das práticas pedagógicas para a inclusão e permanência do discente no contexto escolar.

Os dados apresentados foram coletados no segundo semestre do ano de 2017 e no primeiro semestre do ano de 2018 nas escolas da Rede Municipal de São Mateus ES, visa responder as questões, que no início desta pesquisa, foram levantadas.

Por meio da análise de documentos oficiais, coleta dos dados com uso de questionários, depoimentos, encontros de pedagogos e professores, observações e relatórios descritivos das visitas realizadas às escolas, foi possível coletar os dados e obter informações sobre o lócus da pesquisa por meio das “vozes dos atores” que compõem a EJA.

Os instrumentos utilizados possuem sua relevância na pesquisa, os dados coletados da Secretaria Municipal de Educação e das Unidades de Ensino permitiram análise do objeto de estudo.

Os questionários com perguntas semiestruturados, os depoimentos nos encontros de pedagogos e professores, e os relatórios realizados nas visitas às escolas contribuíram para o processo da pesquisa empírica e serão descritos no corpo da pesquisa, permitindo dar voz e visibilidade aos olhares destes sujeitos de direitos acerca da EJA e as práticas pedagógicas como possibilidades de inclusão e permanência do educando no contexto escolar.

4.1 RESULTADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Por meio das fontes bibliográficas utilizadas na pesquisa, foi possível discorrer sobre o contexto histórico e a relevância das práticas na EJA como possibilidades de integração e permanência dos educandos no contexto escolar.

No campo da história da EJA no Brasil, Aranha (2006), especificou o período Pré Colonial (1500-1530), como os primeiros vestígios da educação de adultos no

Brasil, educação difusa e os elementos educacionais perceptíveis após a chegada dos padres jesuítas, em 1549, embora priorizassem uma prática educativa junto às crianças, submeteram os indígenas adultos a uma acentuada ação educacional, cujo objetivando a catequização e a formação da fé.

A autora supracitada trouxe questões acerca da evangelização dos indígenas e que esta se consolidaria mais rápida se soubessem ler e escrever, assim abandonaria de vez os “maus costumes” que sempre os levavam a retornar para as aldeias, aborda a finalidade dos colégios de formação religiosa, que abrigavam os filhos das elites.

Dá ênfase também ao modelo educacional dos adultos, as reformas feitas pelo Marquês de Pombal, e que neste período não existem relatos efetivos de uma educação destinada aos Jovens e Adultos, que pensasse nas especificidades desses sujeitos. A chegada da Corte Portuguesa, em 1808 estimulou a criação de vários cursos, tanto profissionalizantes em nível médio como em nível superior, bem como militares.

Ghiraldelli (2009), ainda sobre esse período define que a educação “[...] inspirava a ideia de um sistema nacional de educação e o império deveria possuir escolas primárias, ginásios e universidades. Cita também o “método Lancasteriano de ensino”, que acontecia por “ajuda mútua” entre alunos mais adiantados e alunos menos adiantados.

Ainda segundo o autor, com a urbanização do nosso país, surgem as carreiras de trabalho mais dependentes da posse de certa escolarização, estas menos afeitas ao trabalho braçal.

Com um indicador preocupante de alto índice de analfabetismo, houve em 1952 a promoção do II Congresso Nacional de Erradicação do Analfabetismo, incluindo também Seminários Regionais preparatórios. Segundo Celso de Rui Beisiegel, (1989, p.109), “O Ministério de Educação e Cultura estimativa de cinquenta por cento a porcentagem de analfabetos adultos do país”. Nasce a nova concepção de educação, novo método para a educação do povo, para a alfabetização da população adulta, objetivando torná-la atuante e consciente do seu papel na política do país.

Nesse contexto, surgem movimentos populares com a finalidade de alfabetização do educando adulto, como o MEB – Movimento de Educação de Base, e Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), campanhas e fóruns que

mobilizaram debates acerca das políticas públicas, como a AlfaSOL- Alfabetização Solidária, a campanha de alfabetização, Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova).

No âmbito internacional, a educação foi compreendida como direito universal com a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (Unesco, 1990). Destaca-se os Fóruns de EJA em prol da educação de pessoas jovens e adultas. A V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) e no Brasil em 2009, foram realizadas conferências regionais, sendo o primeiro país do hemisfério Sul a sediar uma Confinteia.

A Constituição Federal de 1988, a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 93/94/1996, prevê que os conteúdos curriculares na EJA deverão estar orientados para a prática social e para o trabalho, por meio de uma metodologia que considere o perfil dos jovens e adultos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 1/2000, ressalta que, obrigatoriamente deverão ser observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que desenvolvem, predominantemente por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade de ensino.

Nesta perspectiva, a reflexão crítica do educador sobre sua práxis pedagógica deve ser constante de modo a efetivar no cotidiano das aulas, atividades de grupo, debates, visitas de estudo, problematização dos assuntos, dentre outras, que podem ser planejadas no intuito de tornar o discente protagonista no processo ensino-aprendizagem. Alinhar a ação educativa aos conceitos prévios dos educandos e ao fazer pedagógico, são ações indispensáveis para o sucesso da aprendizagem destes sujeitos de direitos.

As práticas pedagógicas dos docentes de São Mateus precisam pautar-se em um currículo com conteúdos que propiciem crescimento integral, práticas pedagógicas inclusivas e atividades que permitam reflexão e problematização dos assuntos propostos relacionados ao cotidiano discente.

O IBGE entre 1986 e 1997 apontou pouca queda nos números do analfabetismo, ou seja, o Brasil continua exibindo elevados contingentes, sendo que no ano de 1996, foram contados mais de 15 milhões de analfabetos com 15 anos de idade ou mais, equivalendo a 14,7% dessa população. Destaca-se que o maior

número de pessoas na condição de analfabetas se constitui daquelas com mais idade, descendentes afro-brasileiras, provenientes de regiões pobres e interioranas.

É nessa ótica do público da EJA, que as práticas pedagógicas almeçadas para essa modalidade da educação Básica, precisam perpassar também por um olhar crítico do professor que busca dialogar seu fazer pedagógico pautado em ações emancipatórias, valorizando os saberes ricos que trazem os jovens e adultos da modalidade.

A juvenilização dessa modalidade de ensino apresenta desafios no cotidiano escolar, para isso as unidades de ensino precisam se preparar no que se refere à estrutura, metodologia, currículo e a formação do corpo docente que trabalhará com a modalidade. Desse modo Carrano salienta:

A escola espera alunos e o que chega são sujeitos com múltiplas trajetórias e experiências de vivência do mundo. São jovens que, em sua maioria, estão aprisionados no espaço e no tempo – presos em seus bairros e incapacitados para produzirem projetos de futuro (CARRANO, 2007, p.65).

A inclusão dos educandos na EJA precisa ser pensada na coletividade e integração de todos os envolvidos, não há dúvida quanto a relevância da necessidade da inclusão dos educandos com práticas de envolvimento. Nesse contexto, a escola democrática será um espaço de ações integradoras.

Um olhar acerca da formação do educador e a qualidade do ensino realizado na modalidade EJA, é ponto a refletir, a respeito Lopes e Sousa (2005, p. 2) esclarecem:

A capacitação do educador se faz por duas vias: a via externa, representada por cursos de capacitação, aperfeiçoamento, seminários etc, e a via interior, que é a autocrítica que cada professor deve fazer sobre seu papel na sociedade, utilizando-se do debate coletivo e da crítica recíproca com os colegas.

Prover aos professores subsídios teóricos, objetivar a compreensão da especificidade dos alunos da EJA por meio de formação básica e crítica de seu importante papel como mediador da aprendizagem faz-se necessário, para isso a formação profissional precisa perpassar pela conscientização reflexiva do educador frente às singularidades da pessoa adulta.

Nesse campo, considera a visão de Perrenoud (2000), quando se pretende instruir alguém, conhecer os conteúdos a serem ensinados é tarefa secundária. Para

ele, a competência de um professor reside no fato de ele saber relacionar conteúdo com objetivo e situação de aprendizagem.

Acerca da formação docente Antônio Nóvoa (1995), afirma que: “O processo de formação vai além da simples aquisição das técnicas e conhecimentos, pois é também um espaço em que se desenvolvem a socialização e construção profissional.”

A formação inicial e continuada, como princípio da profissão do educador, possibilita a consciência política do fazer pedagógico e competência na execução de práticas pedagógicas que incluem e possibilitam a permanência dos jovens e adultos no contexto escolar.

4.2 RESULTADOS DA PESQUISA EMPÍRICA – ETNOGRÁFICA

Sabe-se que na Modalidade EJA, o processo dialógico se dá com a interação dos sujeitos, como o fazer pedagógico, as especificidades do educando, suas experiências e vivências, fatores estes, que também determinam o ensinar e aprender e são fundamentais na inclusão e permanência à modalidade. Como afirma o educando desse segmento, “[...] A EJA é uma ótima oportunidade para quem um dia parou os estudos por motivos maiores, voltar a poder sonhar e concretizar grandes projetos [...]”. (Educandos da EJA).

Percebe-se na fala do educando, a alegria em retornar aos bancos escolares, ao mesmo tempo, afirma ter sido impedido por algum motivo em dar continuidade aos estudos, mas a certeza que esse retorno, será a oportunidade da concretização dos sonhos e dos projetos.

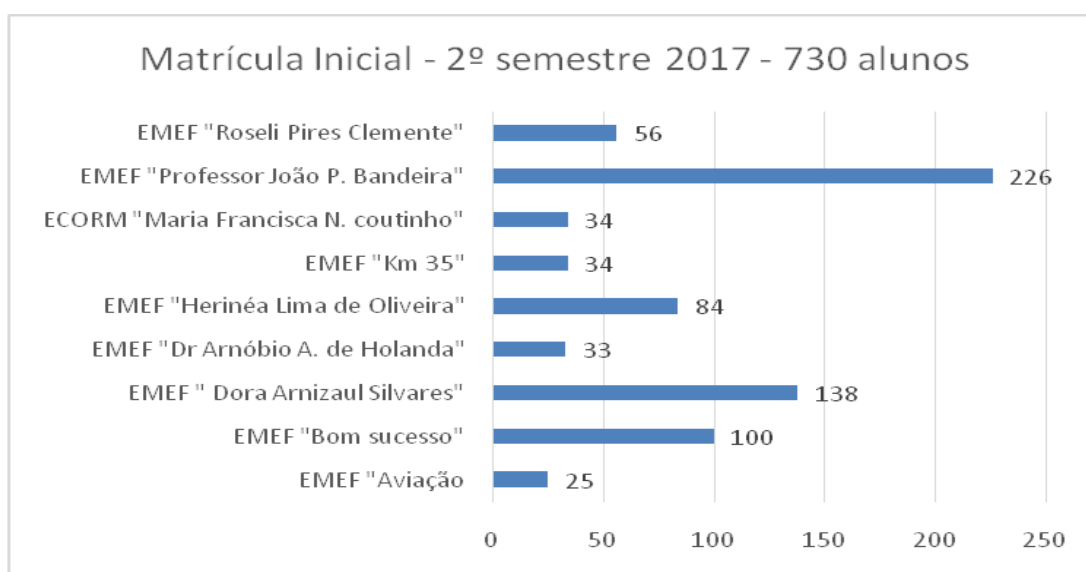
No município de São Mateus - a matrícula para ingresso na EJA é realizada por meio de chamada publicada em diário oficial e anunciada nos meios de comunicação no início do ano letivo e no início de cada semestre letivo. As escolas que ofertam a modalidade também fazem a chamada de matrícula nos bairros através de cartazes e anúncios realizados nas igrejas e espaços do bairro.

Funcionando no turno noturno, as escolas contam com a Equipe de coordenação da EJA e demais Setores de Gestão Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação que auxiliam no campo administrativo e pedagógico.

Os educandos são atendidos também pelo Setor de transporte do município que oferta o traslado daqueles que não residem próximo às escolas e não possuem condições para custear o transporte.

O gráfico 1 de matrícula inicial no Segundo Segmento da EJA no Município de São Mateus, no segundo semestre do ano de 2017/2, apresenta a oferta de vagas realizada pelo município de São Mateus. O número de escolas é bem significativo, possibilitando que muitos jovens e adultos freqüentem à escola, resgate essencial para os educandos que estiveram há muito tempo a margem do contexto educacional.

Gráfico 1: Matrícula Inicial Segundo Segmento do 2º Semestre. Ano 2017/2



Fonte: Setor da Coordenação da EJA/SME 2017/2

No ano de 2017/2, 9 (nove) escolas ofertaram a EJA Segundo Segmento, sendo 2 (duas) escolas localizadas no Campo e 7 escolas no Meio Urbano. As escolas possuem Equipe Gestora e corpo docente para ministrarem as aulas das disciplinas obrigatórias da Base Nacional Comum do Ensino Fundamental 2. As salas de aula são bem amplas, com cadeiras suficientes para todos, ventiladores, quadros brancos e lâmpadas. Possuem sala para do diretor, pedagogo, secretária escolar e algumas escolas possuem laboratório de informática. Há banheiros separados para os funcionários e para os alunos, tem também cozinha para preparar a merenda.

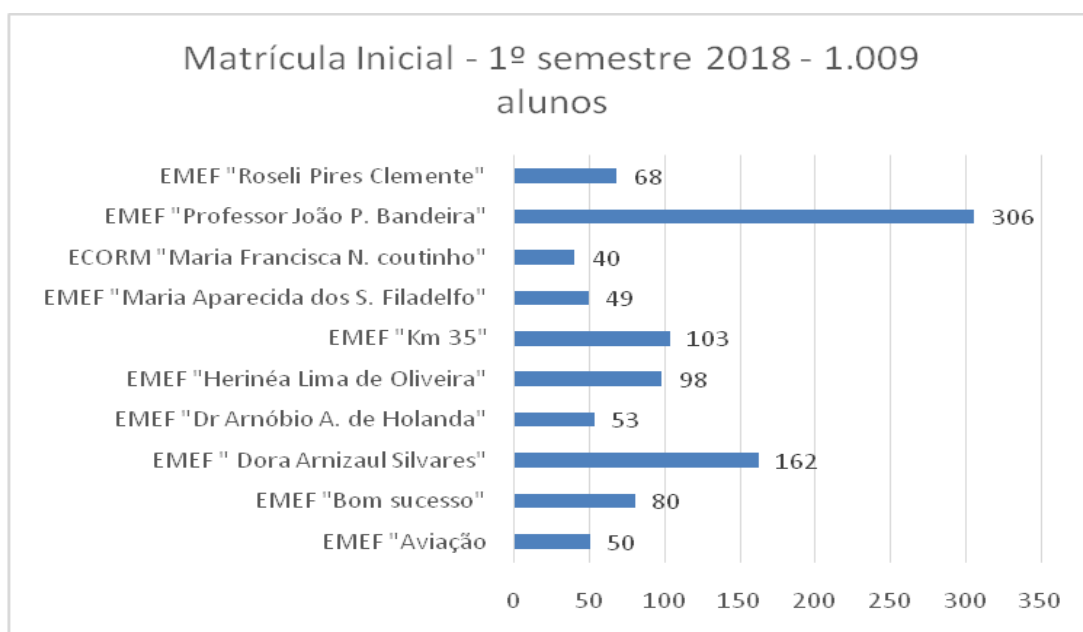
O recreio dos discentes é realizado nos pátios das escolas, ambiente bastante agradável, com refeitórios e ou espaços organizados e arejados para servir a

merenda escolar que é preparada pela merendeira que segue orientações da nutricionista da Prefeitura Municipal.

A merenda nas escolas é uma prioridade, pois acredita-se na relevância desta prática para que não ocorra abandono, uma vez que muitos veem do trabalho para a escola e essa refeição, muitas vezes é a refeição mais reforçada que muitos educandos possuem.

O gráfico 2 de matrícula inicial do Segundo Segmento da EJA no Município de São Mateus no primeiro semestre do ano de 2018/1, apresenta também a oferta de vagas realizada pelo município de São Mateus. Percebe-se o aumento do número de escolas e o do quantitativo de educandos que frequentam algumas escolas neste período, como é visível no gráfico. Embora entenda-se a relevância do quadro de vagas, acredita-se que ainda há muitos educandos que estão fora desse contexto.

Gráfico 2: Matrícula Inicial do 2º Segmento 1º Semestre. Ano 2018/1



Fonte: Setor da Coordenação da EJA/SME 2018/1

Os dados do gráfico 2, ilustram um número bastante expressivo de matrículas na modalidade e com atendimento em bairros diferentes da cidade de São Mateus. Um aspecto importante na estrutura da modalidade, é o fato de não formar pólos para ofertar a EJA, os educandos têm possibilidades de prosseguir seus estudos em escolas localizadas próximos às suas casas.

Os dados são significativos, considerando-se que houve um aumento bastante evidenciado de matrícula no primeiro semestre do ano de 2018. A abertura de mais turmas para atendimento ao jovem e adulto na Rede Municipal de Ensino de São Mateus no segundo segmento, caracterizam ações e metas propostas na gestão da SME.

4.2.1 Visibilidade aos Sujeitos da EJA

[...] A EJA é um ótimo caminho para o adiantamento escolar e acredita-se ser uma das melhores formas de estudar, até mesmo que o regular, e acho que deveria ter esse adiantamento não somente de noite nesse período, mas também de tarde ou manhã (outros turnos) [...]. (Educandos da EJA).

Os atores dessa modalidade de ensino possuem especificidades que a permitem ser singular. Esta pesquisa, também possui como premissa, dar visibilidade aos sujeitos que constroem o cotidiano da EJA, e demonstram em seus relatos o desejo de estar na EJA, o acreditar novamente que vale a pena estudar e que essa oferta deveria ocorrer também no diurno, porque acreditam no fazer pedagógico da modalidade.

Nas escolas é perceptível o perfil diferenciado dos educandos, as escolas da Rede Municipal de São Mateus retratam o reflexo da juvenilização da modalidade como mostra a tabela 2:

Tabela 2: Educandos da EJA com 15 a 29 anos no Segundo Segmento 2017/2

Ordem	Escola	Matrícula Inicial Segundo Segmento 2017/2	Alunos com 15 a 29 Anos	%
1	EMEF "Aviação"	25	22	88,0
2	EMEF "Bom sucesso"	100	81	81,0
3	EMEF "Dora Arnizault Silvares"	138	98	71,01
4	EMEF "Dr Arnóbio A. de Holanda"	33	30	90,90
5	EMEF "Herinéa Lima de Oliveira"	84	75	89,28
6	EMEF "Km 35"	34	23	67,64
7	ECORM "Maria Francisca N. Coutinho"	34	21	61,76
8	EMEF "Professor João P. Bandeira"	226	199	88,05
9	EMEF "Roseli Pires Clemente"	56	47	83,92
Total	09 Escolas	730	596	81,64

Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES 2017/2

A tabela 2, que representa Educandos da EJA com 15 a 29 anos no Segundo Segmento 2017/2, traz o levantamento de dados de matrícula inicial das nove escolas e o número significativo de adolescentes e jovens. Percebe-se que a juvenilização da modalidade que é bem significativa se considerado o total de matrículas ofertadas.

Esses dados evidenciam a necessidade da escola conhecer os sujeitos de direitos que estão inseridos no contexto escolar. Essa informação acerca do perfil dos educandos permite à escola planejar práticas integradoras na busca de estratégias e metodologias de inclusão e permanência destes sujeitos no contexto escolar.

Diante do exposto, a fotografia 1 torna-se notório a juvenilização na EJA:

Fotografia 1 – Juveniização na EJA



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2017/2)

A relação dos sujeitos que frequentam a modalidade, permite um olhar acerca interação, respeito à diversidade de cultura, trajetória de vida, adversidade e como se pensar nessa diversidade objetivando atender a um público tão singular.

Percebe-se na fotografia 1, educandos e professores da EMEF “Professor João Pinto Bandeira”, na conclusão da oficina de Língua Portuguesa, e em meio aos desafios que a própria atividade propõem, a interação desses sujeitos que veem na atividade, um meio de relacionarem-se e nessa construção tornam-se singulares e diversos.

A tabela 3 também representa a juvenilização da EJA, que persiste no ano 2018/1 e revela um quadro bastante preciso, faz-se necessário um acolhimento desse sujeito afim de que se sinta pertencido nesse espaço e não abandone os estudos.

Tabela 3: Educandos EJA com 15 a 29 anos no Segundo Segmento 2018/1

Ordem	Escola	Matrícula Inicial Segundo Segmento 2018/1	Alunos com 15 a 29 Anos	%
1	EMEF "Aviação"	50	46	92
2	EMEF "Bom sucesso"	80	66	82,5
3	EMEF "Dora Arnizault Silvares"	162	149	91,97
4	EMEF "Dr Arnóbio A. de Holanda"	53	48	90,56
5	EMEF "Herinéa Lima de Oliveira"	98	78	79,59
6	EMEF "Km 35"	103	92	89,32
7	EMEF "Maria Aparecida dos S. S. Filadelfo"	49	40	81,63
8	ECORM "Maria Francisca N. Coutinho"	40	25	62,5
9	EMEF "Professor João P. Bandeira"	306	268	87,58
10	EMEF "Roseli Pires Clemente"	68	54	79,41
Total	10 Escolas	1.009	866	85,82

Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES 2018/1

No 1º semestre do ano de 2018 aumenta o número de escolas de EJA, uma conquista a agregar à política pública de matrículas ofertadas no município. A juvenilização é visível e maior o desafio para as escolas. Com 85,82 % de adolescentes e jovens, as Unidades de Ensino possuem um dado expressivo e o momento de realizar práticas diferenciadas para atendimento com eficácia desse novo perfil de educandos que veem na EJA, a oportunidade de sucesso e continuidades dos estudos.

Esses dados permitem entender, que no cotidiano da escola e da sala de aula, o respeito ao tempo de aprendizagem de cada educando precisa ser garantido e a ressignificação do fazer pedagógico perpassa pelo entendimento de que, considerar os saberes prévios dos educandos é essencial na construção dos conhecimentos.

A fotografia 2 demonstra a juvenilização da EJA na sala de aula, espaço em que as possibilidades de diálogo podem ocorrer ou não, desafio para a escola que além de permitir a dialogia, precisa garantir a sua função social, acolher e integrar.

Fotografia 2: Educandos adolescentes e jovens na EJA



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2018/1)

O espaço da fotografia 2 revelam em uma turma de EJA da EMEF “Aviação “, as identidades, entraves, potencialidades e a diferença na singularidade da EJA, que são fatores cruciais no cotidiano da sala de aula e fatores relevantes acerca do olhar dos educadores sobre o aprender de cada educando. O aspecto pedagógico das escolas, permite a inserção destes sujeitos, uma vez que o currículo destaca o olhar acerca desse universo rico e com especificidades próprias que são constituídos os conhecimentos.

4.2.2 Discentes: o que pensam os sujeitos de direitos

[...]. Eu vejo a EJA com uma porta se abrindo para meu futuro e acho muito legal esse programa que realmente tem pessoas que se importam com o nosso futuro, somos cidadãos brasileiros [...]. (Educando da EJA 2018).

A pesquisa defende que na modalidade educativa EJA, a permanência, a inclusão e conseqüentemente aprendizagem dos educandos perpassam por efetivação de práticas pedagógicas dialógicas e inclusivas e essas precisam relacionar-se com o cotidiano do educando, numa dialogia com significados para a vida. Assim, corrobora-se com Paulo Freire “...ensinar não é transferir conhecimento,

mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção" (FREIRE, 2003, p. 47).

Nessa perspectiva, foi elaborado um questionário e aplicado aos educandos da EJA, com o objetivo de dar visibilidade aos sujeitos da modalidade e nesse momento as vozes fazem parte da discussão mediante a caracterização das práticas pedagógicas realizadas pelos docentes.

Os diretores das escolas permitiram aplicação dos questionários, mas a participação dos educandos não foi unânime. Muitos recusaram a responder e outros estavam ausentes, obtendo a pesquisa somente 70% dos participantes.

A autora desta pesquisa participou desse momento, realizando as perguntas aos discentes, ficando expostos os resultados o qual definiram as práticas pedagógicas (caracterização das aulas) realizadas pelos professores de suas turmas, EJA – Segundo Segmento do município de São Mateus–ES.

Tabela 4 – Práticas pedagógicas realizadas

1 – Assinale as práticas pedagógicas realizadas pelos professores da sua turma					
Aulas expositivas	Projetos	Dinâmicas de grupo	Não opinam	Total de educandos entrevistados	Total de educandos
304	94	40	268	706	1009

Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES 2018/1

A tabela 4 revela um cenário pertinente nas turmas de EJA. As aulas expositivas são a maioria das práticas pedagógicas utilizadas pelos docentes, e esses, carecem de formação para o trabalho pedagógico com a modalidade, um olhar diferenciado para as necessidades de aprendizagens dos educandos que são diferentes, plurais e que precisam de diversificadas maneiras de explicação dos conteúdos, metodologias adequadas, para compreenderem com significado o que lhes são propostos.

Os projetos e dinâmicas de grupo não foram especificados como maioria e primordial, porque na verdade ainda não é real um trabalho na EJA com propostas de contextualização, que prevaleça a diversidade de contextos que a modalidade apresenta.

No que se referem aos recursos utilizados pelos professores nas aulas, identificou-se na tabela 5 dados bastantes esclarecedores:

Tabela 5 – Recursos utilizados

2 – Quais os recursos utilizados pelos professores nas aulas da sua turma?						
Vídeos	Livro didático	Música	Data show	Não opinaram	Total de educandos entrevistados	Total de educandos
103	232	50	53	268	706	1.009

Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES 2018/1

A maior quantidade de recursos utilizados pelos professores são livros didáticos e depois os vídeos, destacaram os alunos que responderam ao questionário.

Não se pode esquecer que, para os educandos da EJA, o acesso à educação é condição para ampliação de identidade, empoderamento social e o princípio para oportunidades futuras e de acordo com Marco de Ação de Belém (2010 a):

[...] a falta de oportunidades de profissionalização e de formação para educadores tem um impacto negativo sobre a qualidade da oferta de aprendizagem e educação de adultos, assim como o empobrecimento do ambiente de aprendizagem, no que diz respeito a equipamentos, materiais e currículos. (MARCO DE AÇÃO DE BELÉM, BRASIL, 2010, P.21).

As práticas pedagógicas na EJA não podem desmerecer as experiências dos educandos, logo, nos planejamentos dos docentes, as práticas devem permear pela construção da aprendizagem, sendo o educando o protagonista de sua história.

Outro quesito solicitado aos educandos por meio do questionário, foram os fatores que dificultam aprendizagem dos mesmos. Os dados possibilitam um olhar reflexivo acerca do aprender a aprender.

Tabela 6 – Fatores que dificultam aprendizagem

4 – Assinale os fatores que dificultam sua aprendizagem						
Não compreende a explicação do professor	Os conteúdos são difíceis e descontextualizados	Preciso faltar às aulas por motivo de trabalho	Não me sinto motivado em aprender	Não opinaram	Total de educandos entrevistados	Total de educandos
233	100	55	50	268	706	1.009

Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES 2018/1

O distanciamento entre o que é ensinar e a realidade vivida é fator preocupante. Para isso os conteúdos mais próximos do contexto social e a realidade

a qual estão inseridos os educandos, são possibilidades de maior compreensão e aprendizagem, acerca dos apontamentos, vale ressaltar segundo Snyders (1993):

O constrangimento vai-se tornando mais pesado na medida em que os alunos não compreendem, isto é, em que os conteúdos não são adaptados ao seu nível, aos ritmos diferentes e diferentes individualidades. Na medida em que os alunos não se interessam, isto é, que os conteúdos não são adaptados às suas necessidades, não são sentidos como respostas às suas necessidades. (p. 210).

É necessário refletir os dados apresentados, pois conforme citado na pesquisa, 233 educandos apontaram que dificultam a aprendizagem discente a não compreensão da explicação do professor e 100 educandos disseram que os conteúdos são difíceis e descontextualizados.

Nesse sentido, é preciso que a escola se dê conta de que algo não vai bem e que a aprendizagem perpassa pelo trabalho a partir do que é de interesse e da realidade dos educandos, assim a explicação dos conteúdos estará mais próxima do contexto e das experiências dos sujeitos.

Uma prática considerada exitosa é apresentada na fotografia 3: a construção de um caderno de receitas de chás com ervas medicinais. Essa prática aproximou o discente de suas vivências, o possibilitou adquirir competências nas áreas do conhecimento e o concebeu como sujeito de suas produções.

Fotografia 3- Conteúdos com significados, práticas próximas à realidade do educando.



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2017/2)

Metodologias problematizadoras permitem a troca dos saberes entre professor e educando e educando e professor, nesse sentido a fotografia 3 permite além da integração dos educandos jovens e adultos, a superação de práticas conteudistas e segmentadas.

A produção do caderno de receitas de ervas medicinais realizada pela turma de EJA na EMEF "Dr. Arnóbio Alves de Holanda", evidenciou a valorização dos saberes advindos das experiências e conhecimentos dos sujeitos ao construírem as receitas que já conheciam e a perceberem que por meio das informações dadas pela professora e pesquisas realizadas poderiam produzir novas receitas e conhecer ainda mais sobre a utilidade de cada uma.

Outro aspecto importante vivenciado e notório foi à aproximação dos educandos, dos atores dessa construção, permitindo que o trabalho tivesse um cunho integrador, fortalecendo os laços de amizade entre a turma.

A escola é determinante no fazer pedagógico, motivar discentes que possuem um quadro marcado de exclusão e fracassos, que os deixaram à margem do processo educacional durante muito tempo é um grande desafio. Importante a tomada de decisões em prol da inclusão e permanência dos jovens e adultos na escola. Algumas atitudes e ações em parceria com todos os profissionais da educação com o intuito de potencializá-los, faz a diferença. Segundo um educando da EJA:

"[...] Eu penso que a EJA é uma grande oportunidade para que eu possa chegar o mais rápido à faculdade, depois de ficar tanto tempo longe da escola por motivos pessoais, só tenho a agradecer a oportunidade que a EJA me deu e a direção da escola junto com o carinho dos professores [...]".
(Educando da EJA).

Nesse sentido, pode-se afirmar o desejo do educando ao matricular-se na EJA, dar continuidade aos estudos e a gratidão pela oportunidade. Muitas vezes, os educandos não sabem que possuem o direito à matrícula garantida por lei. Sabem dos entraves, apontam que não conseguem compreender os conteúdos, pois são ensinados através de poucos recursos, mas acreditam que o caminho mais rápido à faculdade por exemplo, será por meio dos estudos.

A tabela 7 evidencia a resposta ao questionário que investigou o motivo das faltas às aulas:

Tabela 7 – Motivo das faltas

5 – Qual é o motivo das faltas?						
Trabalho	Desmotivação	Problema familiar	Questões de saúde	Não opinaram	Total de educandos entrevistados	Total de educandos
244	62	62	70	268	706	1.009

Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES 2018/1

A resposta à pergunta do questionário, os 244 educandos apontaram as faltas às aulas, devido questões ligadas ao trabalho, identificando que as inquietações históricas, apresentadas na pesquisa é de que o educando precisa trabalhar precocemente, isso é uma preocupação ainda presente.

Diante a essa informação, a escola possuiu um novo repensar na prática pedagógica, pois entende que a escolarização é importante no processo de formação e preparação para o trabalho dos educandos, ao mesmo tempo que a dialogia do fazer pedagógico deve perpassar todo o processo ensino aprendizagem, como afirma Leôncio Soares (2001, p. 205):

Não se dever situar-se nem na assimilação da cultura privilegiada, seus conhecimentos e seus métodos, nem na preparação para as exigências do mundo do trabalho, e sim no enriquecimento do indivíduo, construído como sujeito de suas experiências, pensamentos, desejos e afetos.

A flexibilidade da prática pedagógica deve permitir que a escola garanta ao educando conciliar o trabalho e a continuidade dos seus estudos, como meio de torná-lo indivíduo crítico.

Ao questionar aos educandos sobre o que os levaram a se matricular na EJA, obteve-se a seguinte resposta:

Tabela 8 - Motivo da matrícula

6 – Por que você se matriculou na EJA?						
Escolha	Transferência do ensino regular	Encaminhado pelo Ministério Público	Outros	Não opinaram	Total de alunos entrevistados	Total de alunos
306	48	42	42	268	706	1.009

Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES 2018/1

Apontar estar matriculado na modalidade por uma escolha, faz com que a escola perceba que foi escolhida pelo educando objetivando dar continuidade aos estudos, cabe à escola valorizar a autonomia do educando em estar na EJA possibilitando sua permanência.

Para tanto, dos 306 educandos que apontaram com escolha a matrícula, existe uma responsabilidade dos profissionais da EJA em atender às expectativas desses sujeitos. E pensar em práticas pedagógicas inclusivas, é uma necessidade.

As fotografias 4 e 5 evidenciam que as práticas significativas podem ocorrer no chão da escola.

Fotografia 4 e 5- Respeito ao aprender a aprender de cada educando



Fonte: Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2018/1)

Entende-se, que as relações dialógicas vivenciadas no contexto escolar e as experiências socializadas, são fundamentais para a autoestima e aprendizado dos sujeitos de direitos da EJA. As especificidades que apresentam, devem ser respeitadas, logo, muitas interferências podem atrapalhar e dificultar a permanência dos educandos podendo haver abandono por motivo de trabalho, pois sabe-se que os jovens e adultos são arrimo de família em sua maioria, quando não estimulados, logo desmotivam e , por acreditarem que não conseguem aprender devido a idade.

As práticas pedagógicas por meio de recurso didático concreto, são fundamentais para o processo de aprendizagem, como exposto nas fotografias 4 e 5 dos educandos da EJA, na EMEF “Bom Sucesso”. O alfabeto móvel e o material dourado são propícios para integrarem às especificidades de cada discente às suas

necessidades e potencialidades de aprendizagens. São fatores essenciais para construção dos saberes, nessa vertente, é relevante destacar esse discurso:

“[...] Jovens que falam demais e atrapalham quem quer aprender dificultam o nosso rendimento na sala de aula. Atrapalham quem passa o dia todo trabalhando e não deixam os professores explicarem. [...]” (Educandos da EJA).

A citação do educando reforça o pensamento de que a dificuldade persiste se não houver o interesse de todos os envolvidos, a permanência dos discentes à escola é um desafio, construir a relação de afetividade entre os educandos é uma possibilidade de fazer valer um direito que é do discente, a escolha em frequentar a EJA, mas com aprendizagem de qualidade para todos, jovens e dos adultos.

A conversa, o desinteresse, desmotivação e a falta de práticas integradoras, significativas não podem ser empecilho para a inclusão e permanência dos educandos na modalidade.

No cotidiano da EJA é percebido um esforço de uma grande parte dos profissionais em realizar um trabalho de qualidade, são palestras realizadas por profissionais de diversos segmentos da sociedade civil ou pelos profissionais da escola que trabalham temáticas com cunho motivador, relevantes e incentivadoras como destaca a fotografia 6.

Fotografia 6- Palestra aos educandos da EJA: temática Trabalho.



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2017/2)

A fotografia 6 que mostra turmas de EJA da EMEF “Aviação”, especifica uma prática comum em turmas da Modalidade. Com a temática “Trabalho”, a palestra realizada pelo coordenador de área de ciência da SME, traz aos educandos uma linguagem simples, descreve fatos que merecem destaque na busca pelo primeiro emprego e outros que merecem atenção ao ingressar no mercado de trabalho.

Em uma dinâmica de diálogo constante com os educandos, a palestra permite o envolvimento das turmas enfatizando que todos possuem potencialidades e são pessoas primordiais e de sucesso.

Dar visibilidade aos jovens e adultos é permitir-se repensar a práxis, nessa perspectiva, os educandos responderam no questionamento de número 3, sinalizando duas ou mais ações que a escola realiza e acredita possibilitar a integração e permanência dos educandos no contexto escolar.

Dos participantes, 24 % dos discentes disseram que a escola entra em contato por telefone para averiguar o motivo das faltas, 20 % responderam que os profissionais da escola dialogam incentivando a presença dos educandos às aulas, 46% relataram que os professores e a equipe gestora conversam motivando os educandos sobre o potencial que possuem e 10% dos discentes afirmaram que a escola fez apontamentos sobre o rendimento e possibilidade de sucesso no processo ensino aprendizagem.

Nesse sentido, a escola poderá desempenhar um importante papel na construção da aprendizagem e sucesso dos educandos quando motiva, incentiva e acredita no potencial de cada jovem e adulto.

Esse depoimento em destaque, possibilitou dar voz aos educandos e para a escola, uma importante reflexão da sua relevância nos projetos de vida de um educando: “[...]. Eu vi na EJA a oportunidade para concluir o Ensino Fundamental e o Médio e saindo da EJA, fazer a faculdade de Engenharia Civil. Eu vou ser Engenheiro! [...]”. (Educando da EJA).

As escolas buscam em suas ações diminuir o abandono dos discentes em ações com cunho motivador, a fotografia 7 permite esse olhar e intervenção quando as unidades de ensino trabalham as datas comemorativas objetivando incentivar também a participação de todos no contexto escolar, retrata a fotografia a comemoração do dia das mães em uma prática bastante integrativa, acolhedora, sensibilizadora, valorização de fato da mulher, mãe e educanda

Fotografia 7- Homenagem às mães educandas da EJA.



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2018/1)

A prática revelada na fotografia 7, da EMEF “Bom Sucesso”, traz um caráter social da escola, valorizando as mães, mulheres em suas especificidades. Presenteadas com flores, os educandos sentem-se lembradas e felizes, e assim são motivadas a continuarem aos estudos, por meio de práticas pedagógicas interdisciplinares e transdisciplinares propositivas, como possibilidades de integração e permanência dos educandos no contexto escolar.

4.2.3 Docentes: revelações sobre a práxis

[...]. Ao trabalhar no ensino regular, pude constatar que os alunos da EJA se interessam mais pelas aulas, demonstram maior compromisso e aproveitamento dos conteúdos. Mesmo com a carga horária menor, há maior rendimento que no regular, na EJA existe uma troca de experiência constate, eu enquanto educadora, ensino e aprendo muito com os estudantes. Isso me motiva e me permite valorizar mais minha profissão [...]. (Educadora da EJA 2018).

A aprendizagem na EJA perpassa por práticas significativas que valorizem os conhecimentos dos educandos. Nesse sentido, os olhares desta pesquisa se debruçaram nos relatos dos atores docentes, que no “chão da escola”, são mediadores no processo ensino aprendizagem, como afirma Paulo Freire [...] O sujeito que se abre ao mundo e aos outros, inaugura com seu gesto a relação dialógica em que se confirma como inquietação e curiosidade, como inconclusão em permanente movimento na História (FREIRE, 1996, p. 86).

Em resposta ao questionário aplicado aos docentes, 55 participaram da pesquisa e em resposta à pergunta número 1, que busca saber se o perfil dos alunos da EJA na escola que atuam são de discentes jovens ou adultos, somente 01 profissionais respondeu que são adultos, 54 profissionais, responderam que os perfis de educandos são de jovens. De fato, o levantamento das tabelas 1 e 2, também acusam a juvenilização da EJA.

No que se referem às práticas pedagógicas, 46 profissionais informaram na pergunta 2, que as práticas que utilizam em sala de aula, podem de fato contribuir para a permanência e inclusão dos alunos da EJA no contexto escolar, 05 disseram não e 04 não responderam ao questionário.

Percebe-se que os docentes realizam práticas bastante significativas, dinâmicas e que fazem sentido para a vida. A aprendizagem para os educandos da EJA, quando vem impregnada de sentidos, promove a compreensão e trocas de conhecimentos.

Embora existam relatos dos discentes que na prática, o uso do livro didático por parte dos professores, é uma prática ainda constante. As fotografias 8, 9 e 10, da EMEF “Professor João Pinto Bandeira”, comprovam que o fazer pedagógico pode ser diferente, que o currículo não deve ser engessado, mas adequado sempre às especificidades dos sujeitos de direitos permitindo a interdisciplinaridade entre as disciplinas, a integração e troca de conhecimentos entre os educandos.

A produção do pão pelos educandos e a professora de Ciências, após estudarem o conteúdo “Fermentação”, permitiram novos saberes e a satisfação da professora em conseguir que houvesse aprendizagem dos conteúdos propostos.

Fotografia 8, 9 e 10- Produção do pão na aula de Ciências



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2018)

Observa-se na prática realizada pela professora, o encantamento dos educandos, a integração dos mesmos ao realizar a atividade de produção do pão. É visível que a ludicidade da prática e a precisão na explicação dos conteúdos, favorece a aprendizagem e a satisfação dos educandos em permanecer nas aulas e buscar novos saberes. A troca de experiências e conhecimentos, bem como a ação colaborativa de todos os envolvidos na atividade também propicia a aprendizagem mútua.

Nos planejamentos realizados pelos professores e pedagogos das escolas de EJA, sabe-se dos apontamentos acerca das dificuldades dos educandos na compreensão dos conteúdos. Diante o exposto, foi realizada na pergunta 3 aos docentes por meio do questionário: cite pelo menos um fator externo que dificulta a aprendizagem dos alunos da EJA, e em resposta foi dado ênfase às seguintes questões: falta da contribuição do responsável, não ter reuniões pedagógicas, muitos docentes trabalham, são arrimo de família, vulnerabilidade social, falta de

interesse, “mistura” de jovens e adultos, estrutura familiar e falta de contribuição do responsável.

Foi também externada pelos professores a realidade do educando, dificuldades e desafios, trabalha muito longe, carga horária excessiva, estradas ruins, dias de chuva, pouca opção de merenda salgada, gravidez na adolescência, falta de maturação, perspectiva de vida e drogas, falta de material didático, locomoção, altos índices de violência no bairro provocam as faltas às aulas, questões sociais, devido trabalho chegam atrasados às aulas, baixa autoestima, indisciplina, trabalho braçal e a descaracterização da EJA.

Pensando nos desafios da modalidade, alguns entraves e implicações no âmbito escolar são encontrados, mas entende-se que a pesquisa, a busca pelo novo, por um fazer pedagógico diversificado e a certeza que somos aprendizes sempre se faz necessário para que tenhamos menos fatores externos que dificultem a aprendizagem dos educandos, corroborando com Paulo Freire:

Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache “repousado” no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, re-conhecer. (2007, p. 86)

A valorização desses sujeitos, que tem um histórico de exclusão já latente, precisa de práticas que valorizem seus esforços e os motivem a continuar na busca de novos sabres.

Estratégias utilizadas para sanar as dificuldades encontradas na aprendizagem dos educandos, foram levantadas pelos professores e equipe gestora e em resposta à pergunta 4, como sendo utilizadas no cotidiano escolar foram destacadas: atendimento individual aos alunos, atividades diferentes e práticas como, apresentações de teatro, jogos educativos, atividades lúdicas e concretas, bingo, projetos e dinâmicas individuais, aula expositiva, atividade extracurricular e motivação a não desistir.

Trabalhar com temas atuais, métodos práticos, atividades diversificadas e linguagem variadas, dimensão crítico social dos conteúdos, reforço positivo e deixar o educando se expressar, interação com música, trabalhando com as classes gramaticais, fazer com que os alunos sintam-se bem, revisão e nivelamento dos conteúdos, palestras, conscientização e diálogo, ensino através do método científico, dinâmicas, leitura, uso do computador, brincadeiras, acompanhamento

mais próximo das carteiras, filmes e documentários foram também sugeridos como estratégias.

Diante do exposto, existem entraves, mas também estratégias e sugestões pertinentes que precisam se efetivadas pelos profissionais da EJA. Assim entende-se como relevante o pensar sobre o que é útil e eficaz no fazer pedagógico de forma significativa ao educando jovem e adulto e que o diálogo esteja em todo o processo de aprendizagem e que a diferença seja respeitada.

A Secretaria Municipal de Educação realiza atividades extracurriculares, com vivências que despertem autoestima e interesse aos educandos em prosseguir os estudos e se tornarem pessoas de sucesso. Juntamente com a equipe gestora das escolas e em parceria com Faculdade Vale do Cricaré, esses eventos tornam-se mais significativos.

As fotografias 11 e 12 especificam esta prática em momentos de integração de todas as escolas de EJA participando de palestras de motivação propiciada pela FVC, com temáticas voltadas também para o empreendedorismo, mercado de trabalho, gestão de emoções e conflitos.

Fotografia 11- Palestra de Motivação na Faculdade Vale do Cricaré



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2017/2)

Fotografia 12- Palestra educacional na Faculdade Vale do Cricaré



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2018/1)

Fotografia 13- Participação da EJA no Seminário Internacional Filosofia em São Mateus/ES



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2018/1)

A fotografia 13 especifica a participação de turmas de EJA no Seminário Internacional de Filosofia sediado em São Mateus pela SME. Essas ações, são pertinentes na efetivação e permanência dos educandos na modalidade, haja vista que a frequência é um fator importante no processo ensino-aprendizagem.

Embora a evasão ainda ocorra em turmas de EJA, os entrevistados citaram ao responder a pergunta 5, que dá ênfase ações que a escola realiza para inclusão e permanência dos jovens e adultos no contexto escolar e frisaram: o diálogo direto

com o educando, telefonemas ou visitas às residências, eventos culturais (dia da mulher, mães, festa junina, cultos ecumênicos, palestras com nutricionistas, médico, enfermeiros, visitas em escolas técnicas), realização de projetos, aulas contextualizadas, falar da importância da família, interclasses, gincana e inclusão de um currículo complementar possibilitam a inserção dos discentes ao contexto escolar, bem como a inclusão e permanência.

Ainda sobre a frequência dos educandos, foram salientadas outras ações como, cursos direcionados para o mercado de trabalho, realização de eventos, bom atendimento para que sintam-se acolhidos, merenda de boa qualidade, conscientização acerca da assiduidade, dizer ao discente que Ele faz falta; trabalhos práticos, facilidade na forma de avaliar e dar tempo para que os educandos entreguem as atividades aos professores, também foram citadas como uma ação que favorece a permanência dos mesmos à escola.

É notório o envolvimento dos profissionais da EJA na busca por políticas efetivas que incluam os jovens e os adultos na modalidade, é perceptível também, que o fazer pedagógico necessita de um repensar em busca de maiores possibilidades ao educando aprender. Um dos recursos para este aprender a aprender é o livro didático, que não pode ser a única ferramenta usada pelo educador.

O questionário aplicado aos profissionais, permitiu visualizar também o pensar sobre o livro didático da/na EJA, que foi assim relatado na pergunta 9: o livro didático da modalidade é bom, muito evasivo, descontextualizado, não atende ao mercado de trabalho, ajuda na contribuição das tarefas, não é concreto para a realidade da EJA, não atende a Proposta Curricular da EJA, atende a EJA, os textos contribuem para o processo de interpretação, não chegou na escola, a escola não possui livro didático, não contempla os conteúdos da matriz curricular, não auxilia, totalmente fora da realidade, defasado, importante, fora da realidade dos educandos.

Outra ação da Secretaria Municipal de Educação em parceria dos colaboradores e os educandos, foi a adequação da Resolução da EJA datada do ano de 2007. Momento singular da modalidade que teve em novembro de 2017, homologada a Resolução.

A fotografia 14, revela o encontro para leitura e adequações do documento, realizadas pelos membros que compõem a equipe do Conselho Municipal de São Mateus. Sujeitos integrados em prol da afirmação de diretrizes que regulamentam o

currículo, a avaliação, a organização e certificação da modalidade no município de São Mateus.

Fotografia 14 - Momento de diálogo com conselheiros acerca da Resolução da EJA



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2017/2)

Fotografias 15 - Socialização e plenária com a comunidade escola sobre Resolução da EJA



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2017/2)

Fotografias 16 - Socialização e plenária com a comunidade escola sobre Resolução da EJA



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2017/2)

As fotografias 15 e 16, tratam da plenária realizada objetivando a socialização e leitura do documento após adequações. Exposta à comunidade, os atores da EJA participam, contribuindo para que a Resolução de fato atenda às necessidades do educando.

Ainda sobre o questionário aplicado aos profissionais da EJA, e ao perguntar se existe uma Proposta Curricular para nortear os trabalhos pedagógicos, 38 profissionais em resposta à pergunta 6, afirmaram que sim, 2 disseram que não e 15 profissionais informaram que não sabiam.

A pergunta 7 que enfatiza se a elaboração da Proposta Curricular da EJA foi realizada coletivamente, traz as seguintes afirmações: 30 profissionais disseram que a elaboração da Proposta Curricular foi realizada coletivamente, 7 disseram que não foi, e 18 profissionais não souberam informar.

Em resposta à pergunta 8, acerca da orientação metodológica, 25 profissionais pontuaram que a orientação metodológica é realizada pelo pedagogo, 2 disseram que o diretor faz esta orientação e 28 profissionais não responderam.

Foi esclarecido também por meio da pergunta 10, se há uma equipe na SME que realiza orientação pedagógica aos pedagogos e professores, 32 profissionais afirmaram que a equipe da SME realiza orientação pedagógica aos professores, pedagogos e diretores, os 23 profissionais não responderam.

Diante da informação, percebeu-se ainda mais, a necessidade de orientação acerca da proposta de trabalho e metodologias usadas na EJA e que algumas estratégias e atividades trabalhadas pelos professores precisam ser alinhadas para que o atendimento aos educandos ocorra com excelência e que o currículo atenda às especificidades dos mesmos.

Ao levantar a pergunta 11, sobre as contribuições que a orientação pedagógica trouxe ao fazer pedagógico dos profissionais, 31 responderam que houve contribuição, 7 relataram que não e 17 profissionais não responderam.

As fotografias 16 e 17 mostram momentos de planejamentos realizados pela coordenação da EJA aos pedagogos das escolas que contemplam a modalidade. Por meio de estudos e trocas de experiências sobre o fazer pedagógico, a SME objetiva alinhar ações que contribuam para a prática dos professores e pedagogos. A pauta perpassa pelas atribuições dos pedagogos, gestores, coordenador de turno e professores, com ênfase às metodologias de ensino, diretrizes e aparos legais da EJA.

Fotografia 17- Planejamento realizado pelos coordenadores da EJA c/ pedagogos na SME



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (20172)

Fotografia 18- Estudos realizados pelos coordenadores de Área e da EJA com pedagogos na SME



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2018/1)

No intuito de investigar se os 55 profissionais trabalham na EJA por escolha ou não, ou se possuem formação específica na modalidade, nas perguntas 12 e 13, ficaram definidos os dados conforme a informação levantada nas tabelas 09 e 10:

Tabela 09 – Trabalhar com a EJA

12 - Professor, Pedagogo, diretor, trabalhar com a modalidade da EJA, foi uma escolha?

Sim	Não	Não opinaram	Total Entrevistado
36	8	11	55

Tabela 10 – Formação específica

13 - Professor, Pedagogo, diretor, possui formação específica na modalidade da EJA?

Sim	Não	Não Opinaram	Total Entrevistado
19	22	14	55

Na tabela número 09, referente à pergunta 12, que discorre sobre a escolha em trabalhar na modalidade EJA, disseram 36 profissionais que foi uma escolha trabalhar na EJA, 8 evidenciaram que não escolheram e 11 profissionais não optaram.

Em relação à formação específica na modalidade EJA, abordada na pergunta 13, a tabela de número 10, aponta que 19 profissionais possuem formação em EJA, 22 não possuem nenhuma formação e 14 profissionais não opinaram.

Atuar na EJA perpassa por um fazer pedagógico que vai além da escolarização e sim a preparação para a vida e com qualidade. Contudo, ainda percebe-se na EJA, práticas pedagógicas que são inadequadas ao perfil dos educandos e sem uma formação específica aos docentes, tornam-se maiores os desafios.

Práticas, conteúdos propostos, proposta curricular, precisam ser desvelados e alinhados aos conhecimentos e saberes prévios dos sujeitos, que não devem ser meros receptores do saber e sim construtores dos conhecimentos.

Logo, pensar no perfil dos docentes que atuam na EJA, entende-se que é uma prática em prol da ruptura à metodologias inadequadas, que algumas vezes são inseridas no cotidiano da modalidade, conforme afirma Paulo Freire, “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 27).

Dessa forma, a proposta da SME em consonância com as LDB-Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996 e o Parecer CNE/ CEB 11/2000 é propiciar aos docentes propostas de formação inicial e continuada. Diane do exposto:

Com maior razão, pode-se dizer que o preparo de um docente voltado para EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas a complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim, este profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo (CNE/CEB 11/2000).

O currículo também deve ser adequado à nova caracterização dos educandos e a SME, diante dessa necessidade, inicia com a colaboração dos coordenadores da EJA, coordenadores de Área, Conselho Municipal de Educação, gestores, pedagogos e os professores, as atividades de revisão e adequação da Proposta Curricular da EJA à Base Nacional Comum Curricular como destaca as fotografias 18 e 19.

Fotografia 19- Revisão e adequação da Proposta Curricular EJA: coordenadora de Área de História, coord. EJA, pedagogos e professores.



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2018/1)

Fotografia 20- Revisão e adequação da Proposta Curricular EJA: coordenador de Área Educação Física, Coord. EJA pedagogos e professores.



Fonte: Arquivo Setor da coordenação da EJA/SME/São Mateus ES (2018/1)

Os encontros tiveram início no mês de Julho por área do conhecimento, com a participação dos professores e equipe gestora. O objetivo dessa ação, além da adequação, é alinhar os conteúdos e habilidades à BNCC-Base Nacional Comum Curricular, momento também de incentivo ao professor na busca pelo aperfeiçoamento e pesquisa na modalidade EJA.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, teve como objetivo, investigar práticas pedagógicas como possibilidades de inclusão e permanência do educando no contexto escolar a partir das observações dos discentes, docentes e profissionais da educação acerca dos espaços e cotidianos construídos na EJA, a qual seus sujeitos de direitos, os discentes, estão inseridos e veem na dialogia da sala de aula a oportunidade de continuidade dos estudos e preparação para a vida, concebendo a educação como oportunidade de emancipação.

A busca em investigar as práticas e as reflexões aqui apresentadas, não tem como foco findar o diálogo do contexto em que a referida modalidade se apresenta, mas perpassa pela atuação constante e um novo pensar em reconstruir os ideais no sentido de que as práticas pedagógicas na EJA, precisam basear-se na educação popular e acepção de uma educação política, em prol de seus sujeitos de direitos.

Ademais, a pesquisa concluiu que a Modalidade da Educação de Jovens e Adultos-EJA- referenciada na Constituição Federal de 1988, preceitua, no Art. 208, que a Educação é um direito de todos e dever do Estado. Nessa modalidade, os educandos da EJA possuem características bem diversificadas, principalmente por faixa etária, e diante do fenômeno de juvenilização, que perpassa esse universo, a pesquisa constatou que hoje essa modalidade, possui outro perfil, e entender que este jovem e suas especificidades possuem direito em relação à prática educativa.

O breve contexto histórico levantado pela pesquisa apresentou os marcos legais e pedagógicos acerca dos principais aspectos constituintes da EJA no Brasil, motivando para a atenção à reflexão das conquistas visíveis e desafios desta modalidade educativa que se destina aos jovens e adultos, no campo da efetivação das práticas pedagógicas e da necessidade de realizá-las de modo inclusivo.

A EJA necessita conquistar espaços que efetivem ainda mais esta modalidade educativa em prol dos educandos. E nesse processo, professores e educadores (sujeitos de direitos), são protagonistas. A relação desses sujeitos precisa pautar-se nas práticas pedagógicas dialógicas, inclusivas e neste contexto, faz-se menção nos capítulos anteriores, onde a pesquisa se debruça nas contribuições de aprendizagens significativas, mediadas na ruptura da educação

bancária e na certeza da educação dialógica e libertadora, sobretudo pensada nos saberes diversos existentes de sujeitos singulares.

É notório o envolvimento dos profissionais da EJA na busca por políticas efetivas que incluam os jovens e os adultos na modalidade, práticas exitosas demonstraram essa visão na rede municipal de educação de São Mateus –ES, mas é percebido também, que o fazer pedagógico necessita de um repensar em busca de maiores possibilidades ao educando aprender, como se explicita na pesquisa empírica, que definem os discentes que ainda presenciam práticas tradicionais e com poucos recursos didáticos.

A necessidade de orientação acerca da proposta de trabalho e metodologias usadas na EJA e algumas estratégias e atividades trabalhadas pelos professores, precisam ser alinhadas para que o atendimento aos educandos ocorra com excelência e o currículo atenda às especificidades dos mesmos. Desse modo, a formação do docente da EJA precisa ampliar seus debates no campo pedagógico na referida rede.

O último objetivo da pesquisa é fornecer em parceria com a secretaria Municipal de Educação do Município de São Mateus ES, proposta de formação continuada aos professores da rede municipal, com a finalidade de auxiliá-los em sua prática pedagógica, bem como propiciar momentos de reflexão, que contemplem a compreensão da inclusão e permanência dos educandos da EJA, oportunizar aos docentes, vez e voz na pesquisa.

Mediante o currículo da modalidade, identificou-se que esse tem passado por estudos e adequações como ação propositiva da Secretaria Municipal de Educação e da Coordenação da EJA, devendo em breve ser adequado à nova caracterização dos educandos e a ação da SME diante do exposto e a adequação da Proposta Pedagógica da EJA atendendo inclusive à LDB-Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996 e o Parecer CNE/ CEB 11/2000.

A presença dos alunos é um fator importante no processo ensino-aprendizagem. Mas a evasão ainda é uma realidade em turmas de EJA e os entrevistados citaram ações que julgam relevantes que a escola realize para sua inclusão e permanência no contexto escolar, referenciando o diálogo, uma educação afetiva, os projetos.

Em São Mateus –ES, a coordenação da EJA como representação da SME tem buscado parcerias em prol do sucesso do educando da EJA. A Secretaria

Municipal de Educação, em parceria com Faculdade Vale do Cricaré e em planejamentos com a equipe gestora das escolas, realizam atividades extracurriculares com vivências que estimulam e valorizam autoestima e interesse aos educandos em prosseguir os estudos na ótica da educação, como emancipação do homem em sociedade.

Dificuldades e desafios como o trabalho muito distante, carga horária excessiva, estradas ruins, dias de chuva, pouca opção de merenda salgada, gravidez na adolescência, falta de maturação, perspectiva de vida e drogas, falta de material didático, locomoção, altos índices de violência no bairro provocam as faltas às aulas, assim, a presença desse sujeito na escola precisa ser concebida como oportunidade diária de superação e motivação por parte de todos os profissionais da escola, pela conquista dos seus educandos.

Portanto, atuar na EJA perpassa por um fazer pedagógico que vai além da escolarização e sim a preparação pra a cidadania e para a vida, contudo ainda, percebe-se na EJA, em relação às práticas pedagógicas, um desafio que precisa ser desvelado e alinhado aos conhecimentos e saberes prévios dos sujeitos, que não devem ser meros receptores e sim construtores dos conhecimentos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Maria Elisa Dalmazo de Afonso. **Avanços no conhecimento etnográfico da escola**. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). A pesquisa em educação e transformação e as transformações do conhecimento. São Paulo: Papirus, 1995. P. 99-110 (Coleção Práxis).

ANGELIM, Maria Luiza Pereira. **Extensão como espaço de formação de educadores de jovens e adultos**. In: SOARES, Leôncio (Org.). Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006, p. 259- 278.

ARROYO, Miguel. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

ARROYO, M. G. **Os coletivos diversos repolitizam a formação**. In: DINIZ-PEREIRA, J. E.; LEÃO, G. Quando a diversidade interroga a formação docente. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BARRETO, Carla A. **Educação de Jovens e adultos**: da patologia social ao direito público subjetivo. MATIS – Revista de Ciências Humanas e Aplicadas. Ano 2, nº 2, Matão, 1º semestre 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 11, de 10 de maio de 2000a**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em:<http://www.cne.gov.br/>. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000b**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em:<http://www.cne.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2017.

_____. Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967. **Provê sobre a alfabetização e a educação continuada de adolescentes e adultos**. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 02 de ago. 2017.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm>. Acesso em: 07 set. 2017.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 de set. 2017.

_____. Marco de Ação de Belém. V CONFITEA. Unesco, 2010a.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 26 jul. 2017.

BEISIEGEL, Celso de R. **Política e Educação Popular** (A teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil) São Paulo: Ática, 1989.

CAPUCHO, Vera. **Educação de Jovens e Adultos e prática e fortalecimento da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2012.

CARRANO, Paulo César. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”**. Revista de Educação de Jovens e Adultos, Belo Horizonte, v. 1, n. 0, p.55-67, ago.2007. Disponível em: <HTTP://www.reveja.com.br>. Acesso em 8/05/2008.

_____. Juventudes: as identidades são múltiplas. Movimento, Niterói, p.11-27, maio 2000.

COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil - 1827, Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).

CORRÊA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS/Mobral, 1979.

DAYRELL, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismo e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas,2001.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **A juventude e a Educação de Jovens e Adultos: Reflexões iniciais novos sujeitos**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005^a. P.53-67.

FÁVERO, Osmar (Org.). Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1. Edição, 1983.

FERRÃO, Romário Gava. Metodologia Científica: para iniciantes em pesquisa. 3.ed, Vitória; ES: Incaper, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FIorentine, Dario. **Alguns modos de ver e conceber o ensino da Matemática no Brasil**. Zetetiké, n.04, p.01-37, 1995.

GADOTTI, Moacir. (Org.) **Mova-Brasil 10 anos: movimento de alfabetização de Jovens e adultos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2013.

_____. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. São Paulo: Editora Moderna/Fundação Santillana, 2014.

GALVÃO, Ana Maria; DI PIERRO, Maria Clara. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GHIRALDELLI Jr, P. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005a.p.53-57.

HADADAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, maio, 2000.

HADADAD, Sérgio (Coord.) **Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986 – 1998)**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2002. (Estado do Conhecimento, 8)

HENRIQUES, R; DEFOURNY, V. Prefácio. In: SOARES, L. **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica; Secad-MEC; Unesco, 2006.

JARDILINO, José Rubens Lima. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas**. São Paulo: Cortez, 2014.- (Coleção docência e formação: Educação de jovens e adultos).

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6.ed. -4. Reimpr- São Paulo: Atlas, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **Adeus professor, adeus professora?** São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. **EJA: uma educação possível ou mera utopia?** Disponível em www.cereja.org.br/pdf/revista. Acesso em 15/03/17.

MACHADO, Maria Margarida. **Formação de professores para EJA: Uma perspectiva de mudança**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-

174, jan./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 20 de jul. 2017.

MANACORDA, Mario A. **A história da Educação: Da antiguidade aos nossos dias.** São Paulo: Cortez 2000. (02).

OLIVEIRA, Edna Castro de. **Reflexões da organização curricular e das práticas pedagógicas na EJA.** Revista Educar, Curitiba, n. 29, p. 93-100, 2007.

OLIVEIRA, Marcia Cristina de. **Educação de Jovens e Adultos: a educação ao longo da vida.** Curitiba: Ibpex, p. 25, 2011.

OLIVEIRA, Ramon de. **Informática educativa: Dos planos e discursos à sala de aula.** 17ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

PAIVA, Vanilda Pereira - **Educação Popular e Educação de Adultos-5ª edição** - São Paulo -Edições Loyola – Ibrades – 1987.

PAULA, Cláudia Regina de. **Educação de Jovens e Adultos: a educação ao longo da vida.** Curitiba: Ibpex, p. 25, 2011.

PERRONOU, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PERRENOUD, Pierre. **Dez novas competências para ensinar.** Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

_____. **A Prática reflexiva no ofício do professor.** Porto Alegre: Artmed Editora S. A., 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** Introdução e entrevista de Dermeval Saviani e Betty Antunes de Oliveira: versão final pelo autor. _ 16. Ed. _ São Paulo, Cortez, 2010.

RENATO, Emerson dos S. **Educação Popular, movimentos sociais e formação de professores: Diálogos entre saberes e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: FAPERJ,2010.

RIBEIRO, Vera Masagão et all. **Educação de jovens e adultos.** Proposta Curricular para o 1º segmento do ensino fundamental. São Paulo: Ação Educativa. Brasília: MEC, 1997.

_____. **A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico.** São Paulo. In: Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, dez. 1999.

RODRIGUES, Neidson. **Da Mistificação da Escola à Escola Necessária.** São Paulo: Cortez, 1997, 76 p., 10ª edição.

ROMÁRIO, J. E.; GADOTTI, M. **Educação de Adultos: Identidades, cenários e perspectivas.** Brasília: Liber Livro, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos...et al. **Educação popular, movimento sociais e formação de professores: diálogos entre saberes e experiências brasileiras.** Petrópolis, RJ: **DP et Alii**: Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

SILVA, Natalino Neves da. **Afinal, todos são iguais? EJA, diversidade étnico-racial e a formação continuada de professores.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

SOARES, Leôncio José Gomes. **As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagens dos jovens e adultos.** In: RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. São Paulo: Ação Educativa, 2001. P.201-224. (Coleção Leituras no Brasil).

SOUZA, S.C. **Método Paulo Freire: a reinvenção de um legado.** Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

SNYDERS, Georges. **Alunos Felizes: reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, 2ª edição.

THIOLLENT, Michel. 1492. **Metodologia da Pesquisa.** -/ 18ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: E.P.U. Editora Pedagógica e Universitária Ltda. 1988.

UNESCO. **Confitea V:** Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos. Julho 1997. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/imagensq0012/001297/129773porb.pdf>. Acesso em 22maio 2010.

UNESCO. **Confitea IV:** Marcos de ação em Belém. Brasília, abril de 2010. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/imagens/0018/001877/187787por.pdf>. Acesso em 22maio 2010.

VIII ENEJA - **Relatório-síntese do VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos** – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE - Recife, 30 de agosto a 02 de setembro de 2006.

VIEIRA, Tatiana de Santana, 1982- V658m Mnemosine, **Clio e a memória histórica da educação de jovens e adultos em/com ações de extensão na UFES de 1986 a 1996** / Tatiana de Santana Vieira. – 2017. 207 f.: il. Orientador: Edna Castro de Oliveira. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

ANEXOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Nós, alunos e profissionais da EMEF "Aviação", AUTORIZAMOS o uso da nossa imagem, (fotografia 2, 6, 17) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da nossa imagem na foto 1 é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizamos o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assinamos a presente autorização.

Escola

e

data

EMEF "Aviação"

Assinatura:

Louis Sergio, Telefone para contato: (27) 99368380,

Ana Alice do Nascimento, Telefone para contato: (27) 99642392,

Marli Simões da Cruz, Telefone para contato: (27) 996176036,

Vitor Carvalho, Telefone para contato: (27) 998992433,

Celso. Santos, Telefone para contato: (),

Edison Fernandes, Telefone para contato: (27) 996079188,

Peterson dos Santos Costa, Telefone para contato: (27) 998985895,

Michelly Nascimento, Telefone para contato: (27) 998631683,

Adriana Correia, Telefone para contato: (14) 982247878,

Pedro Henrique, Telefone para contato: (27) 99,

Thiago Dos Santos Silva, Telefone para contato: (27) 998347784,

Carlos Antônio, Telefone para contato: (27) 994166640,

Luana Martins Machado, Telefone para contato: (27) 999018671,

Richard Thiago Nascimento, Telefone para contato: (27) 996195983,

Marcello Santos, Telefone para contato: (27) 999693175,

Gabriel Macaltes, Telefone para contato: (27) 999086566,

Fernando Cairo, Telefone para contato: (27) 99882-2826,

_____, Telefone para contato: (),

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Nós, alunos e profissionais da EMEF "Bom Sucesso, AUTORIZAMOS o uso da nossa imagem, (fotografia 4, 5, 7, 17, 18, 19,) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da nossa imagem na foto 1 é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizamos o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assinamos a presente autorização.

Escola e data _____

Assinatura: JOÃO DOSS. SOUSA

Sebastião Pinheiro da Silva

Ramirton da Silva

Marcília Maria Alves Chaves

Telefone para contato: (27) 999 288152,

(27) 998459011,

(27) 999 889545

(27) 999 200347,

() _____,

() _____,

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Nós, alunos e profissionais da EMEF “Herinéa Lima de Oliveira”, AUTORIZAMOS o uso da nossa imagem, (fotografia 16 e 19) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da nossa imagem na fotografia é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizamos o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assinamos a presente autorização.

Escola e data _____

Assinatura: Claudineia da Cunha Teixeira

Telefone para contato: (27) 99695-3802,

() _____,

() _____,

() _____,

() _____,

() _____,

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Nós, alunos e profissionais da EMEF "Bom Sucesso, AUTORIZAMOS o uso da nossa imagem, (fotografia 4, 5, 7, 17, 18, 19,) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da nossa imagem na foto 1 é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizamos o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assinamos a presente autorização.

Escola e data _____

Assinatura: Juleni Rodrigues da Silva

Telefone para contato: (27) 99741371,

() _____,

() _____,

() _____,

() _____,

() _____,

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Adriana Gusmão Antunes profissional da Escola/Setor "Secretaria Municipal de Educação", AUTORIZO o uso da minha imagem, (fotografia) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem na foto é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inseri-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Escola/Setor: Secretaria Municipal de Educação

Telefone para contato: (27) 99909-0252,

Assinatura: Adriana Gusmão Antunes

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Ana Paula da Rocha Silveiras profissional da Escola/Setor "Secretaria Municipal de Educação" AUTORIZO o uso da minha imagem, (fotografia) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem na foto é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Escola/Setor: Coordenação de área - Filosofia

Telefone para contato: (27) 9987 99397,

Assinatura: apsilveiras

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Clarice Souza profissional da Escola/Setor
"Secretaria M. de Educação", AUTORIZO o uso da minha
imagem, (fotografia) com o fim específico de participar da pesquisa de
Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão
e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus
para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem na foto é
concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive
a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para
veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo
indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizo o uso acima
descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à
imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Escola/Setor: SME

Telefone para contato: (27) 999021103

Assinatura: _____

Clarice Souza

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, EBERVAL 2012 COFFLER profissional da Escola/Setor
“ FUNDAMENTAL II ”, AUTORIZO o uso da minha
imagem, (fotografia ____) com o fim específico de participar da pesquisa de
Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão
e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus
para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem na foto é
concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive
a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para
veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo
indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizo o uso acima
descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à
imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Escola/Setor: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Telefone para contato: (27) 99958 8334,

Assinatura: _____



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Elena de Oliveira educando da EJA-Educação de Jovens e Adultos da escola "Emef Roseli Pires Clemente¹⁷", AUTORIZO o uso da minha imagem, (fotografia) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem na foto é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Escola/Setor: Emef Roseli Pires Clemente¹⁷

Telefone para contato: (27) 99577-2049,

Assinatura: Elena de Oliveira

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, FABIO ATILA CARDOSO MORGES profissional da Escola/Setor "SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO" AUTORIZO o uso da minha imagem, (fotografia _____) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem na foto é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inseri-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Escola/Setor: Fundamental II

Telefone para contato: (27) 99853-4569,

Assinatura: _____

Fabio Atila Cardoso Moraes.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Izabel Gomes de Oliveira educando da EJA-Educação de Jovens e Adultos da escola "Emef Roseli Rios Clemente⁷⁷", AUTORIZO o uso da minha imagem, (fotografia) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem na foto é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Escola/Setor: Emef Roseli Rios Clemente⁷⁷

Telefone para contato: (27) 3767 1930,

Assinatura: Izabel Gomes de Oliveira

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Joselynaire Oliveira C. Maia profissional da Escola/Setor "Secretaria Municipal de Educação", AUTORIZO o uso da minha imagem, (fotografia) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem na foto é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Escola/Setor: Gestão / Monitoramento PME.

Telefone para contato: (21) 99855-8970,

Assinatura: 

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Robson de Macedo da Costa profissional da Escola/Setor
 “Educação”, AUTORIZO o uso da minha
 imagem, (fotografia) com o fim específico de participar da pesquisa de
 Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão
 e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus
 para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem na foto é
 concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive
 a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para
 veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo
 indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizo o uso acima
 descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à
 imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Escola/Setor: E.M.E.F. [^] KM 35 ^{>7}

Telefone para contato: (27) 9 9917-2454

Assinatura: 

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Rosana de Fátima Izidoro profissional da Escola/Setor "Secretaria Municipal de Educação", AUTORIZO o uso da minha imagem, (fotografia) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem na foto é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Escola/Setor: Secretaria Municipal de Educação

Telefone para contato: (27) 99911-3636,

Assinatura: 

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Renata Cristina Araújo Gomes profissional da Escola/Setor "Ensino Fundamental II - SME", AUTORIZO o uso da minha imagem, (fotografia ____) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem na foto é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inseri-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Escola/Setor: Ensino Fundamental II

Telefone para contato: (21) 99911-5102

Assinatura: Renata Cristina Araújo Gomes

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, Yluziane Neves Martins Ribeiro profissional da Escola/Setor "Em&F Roseli Pires Clemente", AUTORIZO o uso da minha imagem, (fotografia _____) com o fim específico de participar da pesquisa de Mestrado intitulada: **EJA: Práticas Pedagógicas, Possibilidades de Inclusão e Permanência dos Educandos no Contexto Escolar**, sem qualquer ônus para a autora e em caráter definitivo.

A presente autorização abrangendo o uso da minha imagem na foto é concedida à Marcília Maria Alves Chaves, título gratuito, abrangendo inclusive a licença a inserí-la em materiais didáticos pedagógicos para veiculação/distribuição em território nacional e internacional, por prazo indeterminado.

Por esta ser a expressão da nossa vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora autorizada ou a qualquer outro, e assino a presente autorização.

Escola/Setor: Em&F Roseli Pires Clemente

Telefone para contato: (27) 99767-0359,

Assinatura: Yluziane Neves Martins Ribeiro

APÊNDICE A - Entrevistas com profissionais (professores, pedagogos e diretores) da rede municipal de educação de jovens e adultos.

1. Com é o perfil dos alunos da Educação de Jovens e Adultos -EJA na escola que atua?
() Adultos () Jovens
2. Você acredita que as práticas pedagógicas que utiliza em sala de aula, podem contribuir para a permanência e inclusão dos alunos da EJA no contexto escolar? () SIM () NÃO - Cite pelo menos duas práticas:
3. Cite pelo menos um fator externo que dificulta a aprendizagem dos alunos da EJA? _____
4. Cite pelo menos uma estratégias que utiliza para sanar as dificuldades na aprendizagem? _____
5. A frequência dos alunos é um fator importante no processo ensino-aprendizagem. Mas a evasão ainda ocorre em turmas de EJA. Cite duas ou mais ações que a escola realiza para inclusão e permanência dos jovens e adultos no contexto escolar?
6. A EJA possui Proposta Curricular? () SIM () NÃO
7. A elaboração da Proposta Curricular foi realizada coletivamente () SIM () NÃO
8. Como é orientada a metodologia de ensino na modalidade de Educação de Jovens e Adultos? Quem faz as orientações? () Pedagogo () Diretor
9. Externe sua visão acerca do livro didático da / na EJA? _____
10. Há uma equipe na Secretaria Municipal de Educação que realiza orientação pedagógica aos pedagogos e professores da EJA? () SIM () NÃO
11. A orientação Pedagógica trouxe contribuições na sua práxis pedagógica e acrescentou o seu fazer pedagógico () SIM () NÃO
12. Professor, Pedagogo, diretor, trabalhar com a Modalidade da EJA, foi uma escolha? () SIM () NÃO
13. Você possui formação específica na Modalidade EJA? () SIM () NÃO

APÊNDICE B - Questionário realizado com os discentes do segundo segmento da

EJA- educação de jovens e adultos da rede municipal de educação.

1. Assinale as práticas pedagógicas realizadas pelos professores da sua turma?
 Aulas expositivas Projetos Dinâmicas de grupo
 Outros: _____
2. Quais os recursos utilizados pelos professores nas aulas da sua turma?
 Vídeos Livro didático Música Aparelho de som Data show
 Outros:_____
3. Assinale duas ou mais ações que a escola realiza e você acredita possibilitarem a integração e permanência dos alunos no contexto escolar.
 Entrar em contato por telefone para averiguar motivo das faltas
 Diálogo incentivando a presença dos educandos às aulas
 Conversa motivando os educandos acerca do potencial que possuem
 Apontamentos sobre o rendimento e possibilidade de sucesso no processo ensino aprendizagem.
4. Assinale os fatores que dificultam sua aprendizagem:
 Não compreendo a explicação do professor
 Os conteúdos são difíceis e descontextualizados
 Preciso faltar as aulas por motivo de trabalho
 Não me sinto motivado em aprender
5. Qual o motivo das faltas às aulas?
 Trabalho
 Desmotivação
 Problema familiar
 Questões de saúde
6. Por que você se matriculou na EJA?
 Escolha
 Transferido do Ensino Regular
 Encaminhado pelo Ministério Público
 Outros:_____
7. Este espaço é seu: O que pensa sobre a EJA?

Muito obrigada pela contribuição. Marcília Maria Alves Chaves. Mestranda em Educação